

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12
NIRE 35.3.0045756-1
Companhia Aberta de Capital Autorizado – Novo Mercado



**Desempenho
Econômico
Financeiro
4T25**



Mensagem da Administração

A Cia. iniciou o ano de 2024 com uma situação de liquidez favorável, proporcionada pelo caso San Antonio. No curso do ano o nível de receitas elevou-se substancialmente, expandindo 43% frente ao ano anterior. A maior liquidez permitiu acelerar entregas de encomendas e crescer linhas de negócio subfinanciadas. O EBITDA Ajustado de 2024 atingiu pela primeira vez em muitos anos um patamar equilibrado, evidenciando o potencial de alavancagem operacional pela disponibilidade adequada de liquidez.

À época era previsto que a sustentação, e até mesmo a elevação do nível de vendas, dependeriam da capacidade de aportar capital de giro ao negócio. Esse aporte dependeria da capacidade da empresa de, principalmente: (i) obter capital, (ii) obter liquidez pela desmobilização de ativos ou recuperação de créditos, (iii) ampliar linhas de crédito, ou, (iv) reduzir o serviço do seu endividamento.

Em decorrência do brusco aperto monetário iniciado ao fim de 2024, a companhia passou a enfrentar restrições de financiamento especialmente para as encomendas com prazo de entrega mais longo. O prolongamento desse contexto ao longo de 2025 limitou materialmente a capacidade da companhia de manter o capital de giro necessário à sustentação das operações. Seguiu-se uma súbita contração das receitas operacionais, com a correspondente queda da rentabilidade.

De um patamar de receita líquida de R\$ 123 milhões em 2024, houve queda para R\$ 51 milhões em 2025. O Lucro Bruto caiu de R\$ 26 para 8 milhões. O EBITDA Ajustado que havia finalmente se equilibrado em 2024, voltou a ficar negativo em 2025, fechando em R\$ -19 milhões.

Diante de tal cenário, a Companhia iniciou tratativas para renegociação do seu endividamento, inicialmente para perseguir um ajuste estrutural em relação ao passivo remanescente da Recuperação Judicial de 2015, como também, em razão da crise que se instalou, organizar a dívida posterior.

A crise prolongada do setor petrolífero e mudanças estruturais no mercado de construção *offshore* reduziram de forma relevante a demanda para produtos da empresa. A RJ de 2015 deixou um passivo desproporcional ao faturamento que a Companhia conseguiu efetivamente almejar. Daí a necessidade de um ajuste estrutural e definitivo, tendo em conta sobretudo os elevados juros que voltaram a prevalecer no país, incompatíveis com a saúde da atividade manufatureira.

Em março de 2026 a Companhia ajuizou um pedido de tutela cautelar antecedente a pedido de recuperação extrajudicial ou judicial. Em seguida deu publicidade a um plano de recuperação extrajudicial ofertado aos seus credores, abarcando em seu escopo créditos trabalhistas e quirografários. Em síntese, a empresa propõe aos credores trabalhistas o parcelamento de débitos e aos credores quirografários a quitação dos passivos com o pagamento de 10% do saldo em dinheiro e 90% em capital por meio da entrega de bônus de subscrição. Os fundos serão originados de eventos de liquidez no prazo de um ano da homologação judicial do acordo.

Em paralelo ao esforço para redução do endividamento, é perseguido também o equilíbrio das contas e o financiamento do capital de giro. Com esse duplo propósito, foi contratado o desinvestimento do negócio de cabos de ancoragem, com a venda dos seus ativos em fevereiro de 2026, por US\$ 9,5 milhões, a prazo. Os recursos irão compor o fluxo de caixa da Companhia, abarcando o capital de giro e demais obrigações.

Em meio à reestruturação, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra (“*Order Backlog*”) da Companhia no Brasil somou R\$ 49,7 milhões, mantendo-se no nível do trimestre anterior. Adicionalmente, em março de 2026 foi agregado ao backlog um contrato para serviços de reparo de válvulas junto à Petrobras no montante de R\$ 68 milhões.

Rafael Gorenstein

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Desempenho Econômico-Financeiro

O Grupo Lupatech, atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos de fibras sintéticas para ancoragem de plataformas de petróleo e diversas outras aplicações; artefatos de materiais compósitos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petroleiras.

A Companhia operava no negócio de serviços petroleiros (segmento de Serviços), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mil)	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	2024
Produtos	18.351	13.639	13.359	6.591	51.940	122.835
Válvulas	15.810	10.666	10.713	5.500	42.689	112.550
Cabos e Compósitos	2.541	2.973	2.646	1.091	9.251	10.285
Serviços	68	-	21	25	114	292
<i>Oilfield Services</i>	68	-	21	25	114	292
Total	18.419	13.639	13.380	6.616	52.054	123.127

No 4T25, a receita líquida total consolidada alcançou R\$ 6,6 milhões. O recuo observado no comparativo com o 3T25, é decorrente ao adiamento da aquisição de insumos em razão do cenário macroeconômico desafiador. O mesmo ocorre no comparativo de 2025 com 2024.

Serviços

As transações efetuadas neste segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques e outras atividades relacionadas a plantas que foram desmobilizadas, não referindo-se as operações ordinárias.

Carteira de Pedidos

Em 31 de dezembro de 2025, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra (“*Order Backlog*”) da Companhia no Brasil somou R\$ 49,7 milhões. Na mesma data, a Companhia possuía um saldo em contratos de fornecimento, sem obrigação de compra de R\$ 25 milhões. (Obs.: as cifras não incluem licitações vencidas para as quais ainda não tenham sido emitidos os respectivos pedidos ou contratos).

Lucro Bruto e Margem Bruta

Lucro Bruto (R\$ mil)	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	2024
Produtos	2.831	1.223	2.686	1.394	8.134	26.330
<i>Margem Bruta - Produtos</i>	15,4%	9,0%	20,1%	21,2%	15,7%	21,4%
Serviços	17	-	-	(32)	(15)	49
<i>Margem Bruta - Serviços</i>	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	2.848	1.223	2.686	1.362	8.119	26.379
<i>Margem Bruta Total</i>	15,5%	9,0%	20,1%	20,6%	15,6%	21,4%
Depreciação	455	456	440	400	1.751	2.712
Depreciação de Produtos	455	456	440	400	1.751	2.712
Lucro Bruto Total s/ depreciação	3.303	1.679	3.126	1.762	9.870	29.091
Lucro Bruto de Produtos s/ depreciação	3.286	1.679	3.126	1.794	9.886	29.042

*n/a - não aplicado

Produtos

O lucro bruto do 4T25 atingiu R\$ 1,4 milhões. No comparativo com o 3T25 apesar do recuo das vendas, foram realizadas com margens ligeiramente maiores, fruto de esforços progressivos para aferir melhor rentabilidade.

O recuo das margens no comparativo anual, está principalmente associado a receita menor, refletindo diretamente na menor diluição de custos fixos.

Serviços

Os resultados do segmento de serviços são oriundos da venda de estoques remanescentes.

Despesas

Despesas (R\$ mil)	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	2024
Total de Despesas com Vendas	2.733	4.022	3.888	5.058	15.701	12.796
Despesas com Vendas - Produtos	2.733	4.022	3.888	5.058	15.701	12.796
Total de Despesas Administrativas	5.331	5.279	5.092	5.275	20.977	20.740
Despesas Administrativas - Produtos	4.445	4.723	4.504	5.123	18.795	11.171
Despesas Administrativas - Serviços	886	556	588	152	2.182	9.569
Remuneração dos Administradores	1.501	1.061	2.352	1.550	6.464	3.255
Total de Despesas	9.565	10.362	11.332	11.883	43.142	36.791

Despesas com Vendas e Administrativas

No 4T25 a Companhia reconheceu R\$ 5,1 milhões de despesas com vendas, e no ano de 2025 foi R\$ 15,7 milhões. A alta em relação aos períodos comparativos refere-se principalmente a multas com clientes. Já as despesas administrativas, mantiveram-se similares.

Remuneração dos Administradores

O valor apresentado é composto de remunerações fixa e variável. A variação em relação aos períodos anteriores se refere à valores de remuneração variável de exercício anterior, que foram aprovadas somente no curso de 2025.

Outras Receitas e (Despesas) Operacionais

Outras Receitas (Despesas) (R\$ mil)	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	2024
Produtos	(242)	(132)	(93)	5.112	4.645	49.614
Despesas com Ociosidade - Produtos	(1.597)	(4.677)	(4.375)	(5.484)	(16.133)	(8.348)
Serviços	(961)	1.449	(1.731)	(14.124)	(15.367)	(4.335)
Total	(2.800)	(3.360)	(6.199)	(14.496)	(26.855)	36.931

No 4T25, foram contabilizados R\$ 7,3 milhões de “Outras Receitas Operacionais” contra R\$ 21,8 milhões de “Outras Despesas Operacionais”, totalizando um efeito líquido negativo de R\$ 14,5 milhões. Destacando-se os seguintes fatores:

- I. R\$ 5,5 milhões de despesas com ociosidade de produção;
- II. R\$ 12,1 milhões referente ao efeito líquido negativo por atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos e de honorários de êxito;
- III. R\$ 3,1 milhões de efeito líquido positivo na alienação de ativos imobilizados;

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	2024
Receita Financeira*	809	3.196	28.193	460	32.658	3.996
Despesa Financeira*	(13.915)	(11.161)	(15.603)	(12.363)	(53.042)	(45.732)
Resultado Financeiro Líquido*	(13.106)	(7.965)	12.590	(11.903)	(20.384)	(41.736)
Variação Cambial Líquida	12.476	8.087	6.517	(4.855)	22.225	(27.690)

Resultado Financeiro Líquido Total (630) 122 19.107 (16.758) 1.841 (69.426)

* Excluindo Variação Cambial

O resultado financeiro líquido do 4T25 foi negativo em R\$ 11,9 milhões, e tem como principal efeito a atualização dos juros da dívida concursal. Já o resultado financeiro líquido total tem influência da variação cambial.

Relevante lembrar que as variações cambiais são predominantemente resultantes da sua incidência sobre saldos de mútuos entre Companhias do grupo no exterior. A oscilação do câmbio afeta em direção contrária a tradução em Reais do patrimônio dessas entidades, pelo que há contrapartidas das variações cambiais contabilizadas diretamente no patrimônio líquido da empresa, sem transitar por contas de resultado.

Veja-se a demonstração proforma a seguir, do efeito econômico líquido das variações cambiais sobre mútuo *intercompany*:

	1T25	2T25	3T25	4T25	2025
Total receita de Variação Cambial	13.374	9.562	10.720	1.378	35.034
Realizada sobre fechamento de câmbio	199	148	159	(38)	468
Provisão sobre títulos em aberto	30	62	-	-	92
Provisão sobre empréstimo de mútuo <i>intercompany</i>	12.349	8.785	7.508	1.388	30.030
Provisão sobre fornecedores quirografários	796	567	3.053	28	4.444
Total despesa de Variação Cambial	(898)	(1.475)	(4.203)	(6.233)	(12.809)
Realizada sobre fechamento de câmbio	(256)	(44)	(41)	65	(276)
Provisão sobre títulos em aberto	-	-	(31)	(39)	(70)
Provisão sobre empréstimo de mútuo <i>intercompany</i>	(604)	(1.342)	(3.889)	(6.192)	(12.027)
Provisão sobre fornecedores quirografários	(38)	(89)	(242)	(67)	(436)
Variação Cambial Líquida	12.476	8.087	6.517	(4.855)	22.225
Contrapartida em Patrimônio Líquido	(11.745)	(7.443)	(3.619)	4.804	(18.003)
Efeito Econômico Líquido da Variação Cambial	731	644	2.898	(51)	4.222

EBITDA Ajustado das Atividades

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	2024
Produtos	(3.168)	(5.470)	(4.166)	(5.294)	(18.098)	9.806
Margem	-17,3%	-40,1%	-31,2%	-80,3%	-34,8%	8,0%
Serviços	(672)	99	1.267	(1.412)	(718)	(9.416)
Margem	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	(3.840)	(5.371)	(2.899)	(6.706)	(18.816)	390
Margem	-20,8%	-39,4%	-21,7%	-101,4%	-36,1%	0,3%

O EBITDA negativo Ajustado de Produtos do 4T25 ante aos períodos comparados, se deve principalmente à diminuição da receita.

O EBITDA Ajustado de Serviços é composto de custos com a gestão do legado.

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	2024
Lucro Bruto	2.848	1.223	2.686	1.362	8.119	26.379
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(8.064)	(9.301)	(8.980)	(10.333)	(36.678)	(33.536)
Honorários dos Administradores	(1.501)	(1.061)	(2.352)	(1.550)	(6.464)	(3.255)
Depreciação e Amortização	618	618	600	557	2.393	3.379
Outras Despesas (Receitas) Operacionais	(2.800)	(3.360)	(6.199)	(14.496)	(26.855)	36.931
Ebitda das Atividades	(8.899)	(11.881)	(14.245)	(24.460)	(59.485)	29.898
Resultado da alienação ou baixa de ativos	(170)	(250)	(303)	(4.597)	(5.320)	(54.102)
Estimativas com Processos Judiciais	707	(11)	894	12.135	13.725	(601)
Despesas com ociosidade	1.597	4.677	4.375	5.484	16.133	8.348
Despesas Extraordinárias	2.925	2.094	6.380	4.732	16.131	16.847
Ebitda Ajustado	(3.840)	(5.371)	(2.899)	(6.706)	(18.816)	390

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	4T25		
	Produtos	Serviços	Total
Lucro Bruto	1.394	(32)	1.362
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	(10.181)	(152)	(10.333)
Honorários dos Administradores	(1.098)	(452)	(1.550)
Depreciação e Amortização	450	107	557
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(372)	(14.124)	(14.496)
Ebitda das Atividades	(9.808)	(14.653)	(24.460)
Resultado da alienação ou baixa de ativos	(4.797)	200	(4.597)
Estimativas com Processos Judiciais	30	12.105	12.135
Despesas com ociosidade	5.484	-	5.484
Despesas Extraordinárias	3.796	936	4.732
Ebitda Ajustado	(5.294)	(1.412)	(6.706)

Resultado Líquido

Resultado Líquido (R\$ mil)	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	2024
Resultado Antes de IR e CSLL	(10.147)	(12.377)	4.262	(41.775)	(60.037)	(42.907)
IR e CSLL - Corrente	(1)	(5)	(22)	9	(19)	(11)
IR e CSLL - Diferido	(1.236)	(263)	880	499	(120)	11.146
Resultado Líquido do Período	(11.384)	(12.645)	5.120	(41.267)	(60.176)	(31.772)
Lucro (Prejuízo) por Ação	(0,27)	(0,29)	0,11	(0,88)	(1,29)	(0,75)

O resultado líquido negativo obtido no 4T25, é influenciado além das receitas e despesas correntes, pela atualização de juros referente a dívida concursal, atualização de juros sobre empréstimos e o efeito líquido das outras receitas e despesas operacionais.

Capital de Giro Operacional

Capital de Giro (R\$ mil)	2025	2024
Contas a Receber	13.950	35.427
Estoques	20.620	26.930
Adiantamentos de Fornecedores	504	964
Impostos a Recuperar	22.627	31.017
Outras Contas a Receber	23.452	4.675
Total Ativo	81.153	99.013
Fornecedores	26.242	17.734
Adiantamentos de Clientes	690	6.773
Impostos a Recolher	72.157	22.096
Outras Contas a Pagar/Outras Obrigações	15.317	2.921
Salários e Encargos	7.857	3.582
Total Passivo	122.263	53.106
Capital de Giro Aplicado	(41.110)	45.907
Variação do Capital de Giro Aplicado	(87.017)	

No comparativo dos saldos em 31 de dezembro de 2025 versus saldo de 31 de dezembro de 2024, há uma redução no capital de giro empregado. Sendo que o ativo reduziu, principalmente, por: (i) consumo de créditos tributários e (ii) contas a receber de clientes em virtude da retração nas vendas; aumentou devido ao acordo dos créditos a receber da CSL em curto prazo. O passivo, por sua vez, aumentou devido a: (i) não pagamento das parcelas da recuperação judicial, (ii) débitos tributários que estão em fase de adesão em novos parcelamentos e (iii) reconhecimento de honorários de êxito.

Endividamento Financeiro

Endividamento (R\$ mil)	2025	2024
Curto Prazo	61.703	56.264
Empréstimos e financiamentos - créditos concursais	17.014	7.983
Empréstimos e financiamentos	44.689	48.281
Longo Prazo	116.445	123.437
Empréstimos e financiamentos - créditos concursais	113.875	116.897
Empréstimos e financiamentos	2.570	6.540
Dívida Bruta	178.148	179.701
Caixa e Equivalentes de Caixa	384	3.515
Dívida Líquida	177.764	176.186

A redução do endividamento financeiro no comparativo dos saldos em 31 de dezembro de 2025 ante saldos em 31 de dezembro de 2024 está principalmente associada ao pagamento de empréstimos junto a instituições financeiras.

O endividamento de curto prazo é detalhado nas tabelas a seguir, que mostram a composição pelas modalidades e, em seguida, a cobertura de garantias.

Endividamento curto prazo	2025
BNDES - Alienação Fiduciária de Máquinas	11.167
Coobrigação sobre Títulos Descontados	2.622
Capital de Giro (modalidades diversas)	30.900
Total	44.689

Cobertura de Garantias - Capital de Giro (modalidades diversas)	2025
CDB e Créditos performados	357
Outras*	30.543
Total	30.900

*Recebíveis à performar, FGI, Aval intragrupo

Observar que a dívida de curto prazo corresponde a: (i) coobrigações sobre títulos descontados (R\$ 2,6 milhões), (ii) valores a serem auto-liquidados por recebíveis já performados ou CDBs (R\$ 0,4 mil), e (iii) valores que tem cobertura de garantias fidejussória ou pendem de performance futura de recebíveis (R\$ 30,5 milhões).

Anexos

Anexo I – Demonstrações de Resultados (R\$ Mil)

	2025	2024
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	52.054	123.127
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(43.935)	(96.748)
Resultado Bruto	8.119	26.379
Receitas/Despesas Operacionais	(69.997)	140
Com Vendas	(15.701)	(12.796)
Gerais e Administrativas	(20.977)	(20.740)
Remuneração dos Administradores	(6.464)	(3.255)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(26.855)	36.931
Resultado Financeiro Líquido	1.841	(69.426)
Receitas Financeiras	32.658	3.996
Despesas Financeiras	(53.042)	(45.732)
Variação Cambial Líquida	22.225	(27.690)
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(60.037)	(42.907)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(19)	(11)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	(120)	11.146
Lucro (Prejuízo) Líquido do período	(60.176)	(31.772)

Anexo II – Reconciliação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)

	2025	2024
EBITDA Ajustado das Operações	(18.816)	390
Despesas com Ociosidade	(16.133)	8.348
Despesas Extraordinárias	(16.131)	(16.847)
Estimativas para Perdas, <i>Impairment</i> e Resultado Líquido na Alienação de Ativos	(8.405)	54.703
<hr/>		
EBITDA das Operações	(59.485)	29.898
Depreciação e Amortização	(2.393)	(3.379)
Resultado Financeiro Líquido	1.841	(69.426)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido	(139)	11.135
<hr/>		
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações	(60.176)	(31.772)

Anexo III – Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ Mil)

	2025	2024
Ativo Total	480.101	508.795
Ativo Circulante	236.427	156.539
Caixa e Equivalentes de Caixa	384	3.515
Contas a Receber de Clientes	13.950	35.427
Estoques	20.620	26.930
Impostos a Recuperar	22.627	31.017
Outras Contas a Receber	23.452	4.675
Despesas Antecipadas	187	569
Adiantamento a Fornecedores	504	964
Ativos Classificados como Mantidos para Venda	154.703	53.442
Ativo Não Circulante	243.674	352.256
Aplicações financeiras	234	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	44
Depósitos Judiciais	4.013	4.299
Impostos a Recuperar	13.236	3.482
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	68.212	68.253
Outras Contas a Receber	18.559	33.464
Investimentos	19.685	19.685
Imobilizado	36.627	139.831
Intangível	83.108	83.198
Passivo Total	480.101	508.795
Passivo Circulante	189.547	112.399
Fornecedores	22.109	11.818
Fornecedores - créditos concursais	4.133	5.916
Empréstimos e Financiamentos	44.689	48.281
Empréstimos e Financiamentos - créditos concursais	17.014	7.983
Salários, Provisões e Contribuição Social	7.857	3.582
Impostos a Recolher	72.157	22.096
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - créditos concursais	93	106
Adiantamento de Clientes	690	6.773
Outras Contas a Pagar	15.317	2.921
Outras obrigações - créditos concursais	5.488	2.923
Passivo Não Circulante	216.084	258.016
Fornecedores - créditos concursais	20.923	28.924
Empréstimos e financiamentos	2.570	6.540
Empréstimos e Financiamentos - créditos concursais	113.875	116.897
Impostos a Recolher	6.608	38.469
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	25.175	25.280
Obrigações e provisões riscos trabalhistas - créditos concursais	1.854	1.914
Outras Contas a Pagar	1.821	1.624
Outras obrigações - créditos concursais	43.258	38.368
Patrimônio Líquido	74.470	138.380
Capital social	1.927.668	1.922.339
Reservas e transações de capital	144.754	144.754
Ajustes acumulados de conversão	74.686	83.749
Prejuízos acumulados	(2.072.638)	(2.012.462)

Anexo IV – Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados (R\$ Mil)

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) dos períodos	(60.176)	(31.772)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	3.769	5.498
Resultado na venda de ativo imobilizado	(4.299)	(56.723)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	11.706	47.939
Reversão para perda pela não recuperabilidade de ativos	777	(12.171)
Imposto de renda e contribuição social diferido	41	(12.073)
Obsolescência de estoques	4.370	2.445
(Reversão) Perdas estimadas para devedores duvidosos	202	(283)
Perdas efetivas com devedores duvidosos	1	33
Ajuste a valor presente	19.518	13.721
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(9.063)	8.430
Variações nos Ativos e Passivos:		
(Aumento) Redução em contas a receber	21.274	(17.037)
(Aumento) Redução em estoques	1.940	3.303
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(1.364)	13.155
(Aumento) Redução em outros ativos	(3.125)	9.611
Aumento (Redução) em fornecedores	(9.436)	(1.964)
Aumento (Redução) em impostos a recolher	16.322	(4.432)
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	19.092	(2.148)
Caixa líquido das atividades operacionais	11.549	(34.468)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Títulos e valores mobiliários - conta restrita	151	470
Receita provenientes de venda de imobilizado	5.941	81.018
Aquisição de Imobilizado	(4.940)	(56.985)
Adições ao Intangível	(101)	(233)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	1.051	24.270
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	75.493	135.478
Aumento de capital	5.329	1.519
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(96.553)	(143.191)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(15.731)	(6.194)
Aumento (Redução) Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.131)	(16.392)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.515	19.907
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	384	3.515

Sobre a Lupatech

A Lupatech S.A. é uma Companhia brasileira de produtos de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás, atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; artefatos de materiais compósitos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petroleiras.

LUPATECH S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	249	1.829	384	3.515
Contas a receber de clientes	6	12.008	31.531	13.950	35.427
Estoques	7	19.567	25.055	20.620	26.930
Impostos a recuperar	8	5.382	20.324	22.627	31.017
Adiantamento a fornecedores		335	797	504	964
Outras contas a receber	9	21.436	892	23.452	4.675
Despesas antecipadas		183	435	187	569
Empresas ligadas	16.1	176	213	-	-
Ativos classificados como mantidos para venda	10	300	1.057	154.703	53.442
Total do ativo circulante		59.636	82.133	236.427	156.539
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	5	234	-	234	-
Depósitos judiciais	20.1	2.121	1.420	4.013	4.299
Títulos e valores mobiliários	5	-	44	-	44
Impostos a recuperar	8	3.845	3.482	13.236	3.482
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	62.424	64.526	68.212	68.253
Empresas ligadas	16.1	1.319	1.479	-	-
Outras contas a receber	9	15.881	33.341	18.559	33.464
Investimentos					
Investimentos em controladas e coligadas	11.1	305.602	314.683	-	-
Propriedade para investimento	11.2	-	-	19.685	19.685
Imobilizado	12	15.861	17.293	36.627	139.831
Intangível					
Ágio na aquisição de investimentos	13	61.479	61.479	82.166	82.166
Outros intangíveis	13	698	761	942	1.032
Total do ativo não circulante		469.464	498.508	243.674	352.256
TOTAL DO ATIVO		529.100	580.641	480.101	508.795

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

LUPATECH S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Fornecedores	14	15.496	10.246	22.109	11.818
Fornecedores - créditos concursais	14	4.133	5.916	4.133	5.916
Empréstimos e financiamentos	15	38.932	43.333	44.689	48.281
Empréstimos e financiamentos - créditos concursais	15	12.357	5.943	17.014	7.983
Salários, provisões e contribuições sociais		7.000	3.173	7.857	3.582
Impostos a recolher	21	46.919	14.028	72.157	22.096
Obrigações e provisões trabalhistas - créditos concursais		93	106	93	106
Adiantamento de clientes		644	6.639	690	6.773
Outras contas a pagar	19	14.728	2.385	15.317	2.921
Outras obrigações - créditos concursais	19	5.488	2.923	5.488	2.923
Empresas ligadas	16.1	12.529	13.116	-	-
Total do passivo circulante		158.319	107.808	189.547	112.399
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores - créditos concursais	14	20.923	28.924	20.923	28.924
Empréstimos e financiamentos	15	2.570	6.540	2.570	6.540
Empréstimos e financiamentos - créditos concursais	15	62.804	61.169	113.875	116.897
Impostos a recolher	21	5.787	22.468	6.608	38.469
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	20.2	13.949	12.013	25.175	25.280
Obrigações e provisões trabalhistas - créditos concursais		1.854	1.914	1.854	1.914
Outras contas a pagar	19	-	-	1.821	1.624
Outras obrigações - créditos concursais	19	43.258	38.368	43.258	38.368
Empresas ligadas	16.1	145.166	163.057	-	-
Total do passivo não circulante		296.311	334.453	216.084	258.016
Capital social		1.927.668	1.922.339	1.927.668	1.922.339
Reservas e transações de capital		144.754	144.754	144.754	144.754
Ajustes Acumulados de Conversão		74.686	83.749	74.686	83.749
Prejuízos acumulados		(2.072.638)	(2.012.462)	(2.072.638)	(2.012.462)
Total do patrimônio líquido	22	74.470	138.380	74.470	138.380
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		529.100	580.641	480.101	508.795

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

LUPATECH S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais exceto Prejuízo por ação, ou quando indicado)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16 / 26	48.205	119.243	52.054	123.127
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	30	(40.065)	(90.362)	(43.935)	(96.748)
Lucro bruto		8.140	28.881	8.119	26.379
DESPESAS OPERACIONAIS					
Com vendas	30	(14.812)	(12.636)	(15.701)	(12.796)
Gerais e administrativas	30	(16.670)	(16.249)	(20.977)	(20.740)
Remuneração dos administradores	17 / 30	(6.464)	(3.255)	(6.464)	(3.255)
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	(21.729)	(14.949)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(16.215)	47.604	(26.855)	36.931
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(67.750)	29.396	(61.878)	26.519
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	16 / 29	31.579	2.838	32.658	3.996
Despesas financeiras	16 / 29	(43.805)	(37.625)	(53.042)	(45.732)
Variação cambial, líquida	16 / 29	21.901	(35.751)	22.225	(27.690)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(58.075)	(41.142)	(60.037)	(42.907)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	18	-	-	(19)	(11)
Diferidos	18	(2.101)	9.370	(120)	11.146
PREJUÍZO DO PERÍODO		(60.176)	(31.772)	(60.176)	(31.772)
PREJUÍZO ATRIBUÍVEL A:					
Participação dos acionistas da Companhia		(60.176)	(31.772)	(60.176)	(31.772)
PREJUÍZO POR AÇÃO					
Básico por ação	27	(1,28890)	(0,75413)	(1,28890)	(0,75413)
Diluído por ação	27	(1,28890)	(0,75413)	(1,28890)	(0,75413)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

LUPATECH S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	(60.176)	(31.772)	(60.176)	(31.772)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO				
Varição cambial sobre investimentos no exterior	(9.063)	9.070	(9.063)	9.070
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(69.239)</u>	<u>(22.702)</u>	<u>(69.239)</u>	<u>(22.702)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas da Companhia	(69.239)	(22.702)	(69.239)	(22.702)
Participação dos acionistas não-controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

LUPATECH S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital, opções outorgadas	Prejuízos acumulados	Ajustes Acumulados de Conversão	Total da participação dos acionistas da Companhia	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.920.820	144.754	(1.980.690)	74.679	159.563	159.563
Aumento de capital	1.519	-	-	-	1.519	1.519
Prejuízo do período	-	-	(31.772)	-	(31.772)	(31.772)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	9.070	9.070	9.070
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	1.922.339	144.754	(2.012.462)	83.749	138.380	138.380
Aumento de capital	5.329	-	-	-	5.329	5.329
Prejuízo do período	-	-	(60.176)	-	(60.176)	(60.176)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	(9.063)	(9.063)	(9.063)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	1.927.668	144.754	(2.072.638)	74.686	74.470	74.470

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

LUPATECH S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO FLUXO DE CAIXA
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do período	(60.176)	(31.772)	(60.176)	(31.772)
Depreciação e amortização	1.521	2.575	3.769	5.498
(Reversão) Estimativa para perda pela não recuperabilidade de ativos	581	(2.340)	777	(12.171)
Equivalência patrimonial	21.729	14.949	-	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(4.784)	(49.728)	(4.299)	(56.723)
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	4.096	62.324	11.706	47.939
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.102	(9.370)	41	(12.073)
Obsolescência de estoques	511	844	4.370	2.445
(Reversão) Perdas estimadas para devedores duvidosos	188	(20)	202	(283)
Perdas efetivas com devedores duvidosos	1	33	1	33
Ajuste a valor presente	11.194	7.541	19.518	13.721
Variação cambial sobre investimentos no exterior	161	1.037	(9.063)	8.430
 (Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	19.334	(18.204)	21.274	(17.037)
Estoques	4.977	1.032	1.940	3.303
Impostos a recuperar	14.579	8.911	(1.364)	13.155
Outros ativos	(3.305)	7.810	(3.125)	9.611
 Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(14.481)	(618)	(9.436)	(1.964)
Impostos a recolher	15.045	(156)	16.322	(4.432)
Outras obrigações e contas a pagar	19.493	(2.492)	19.092	(2.148)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	32.766	(7.644)	11.549	(34.468)
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital em controlada	(21.873)	(65.041)	-	-
Títulos e valores mobiliários - conta restrita	112	130	151	470
Recursos provenientes de recebimento de empréstimos - partes relacionadas	37	10.249	-	-
Receita provenientes de venda de imobilizado	5.221	55.677	5.941	81.018
Aquisição de imobilizado	(187)	(3.328)	(4.940)	(56.985)
Adições ao intangível	(100)	(232)	(101)	(233)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(16.790)	(2.545)	1.051	24.270
 Captação de empréstimos e financiamentos	66.808	115.696	75.493	135.478
Captação (Pagamento) de empréstimos - partes relacionadas	(886)	4.744	-	-
Aumento de capital	5.329	1.519	5.329	1.519
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(88.807)	(111.381)	(96.553)	(143.191)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(17.556)	10.578	(15.731)	(6.194)
 AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.580)	389	(3.131)	(16.392)
 Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.829	1.440	3.515	19.907
Caixa e equivalente de caixa no final do período	249	1.829	384	3.515

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

LUPATECH S.A.DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	59.025	145.072	63.546	149.715
Receita na venda de ativo imobilizado	4.783	55.677	4.532	81.018
Reversão de estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	2.341	-	11.200
Outras receitas	4.778	7.113	9.445	6.335
Reversão (estimativa) de perdas com devedores duvidosos	(188)	20	(202)	283
Perdas efetivas com devedores duvidosos	(1)	(33)	(1)	(33)
	68.397	210.190	77.320	248.518
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(11.190)	(60.601)	(5.129)	(55.124)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.252)	(19.135)	(33.902)	(25.237)
Perda na venda de ativo imobilizado	-	(5.950)	-	(38.112)
Outras despesas	(25.776)	(11.577)	(40.832)	(23.510)
	(64.218)	(97.263)	(79.863)	(141.983)
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.179	112.927	(2.543)	106.535
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(1.521)	(2.575)	(3.769)	(5.498)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	2.658	110.352	(6.312)	101.037
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(21.729)	(14.949)	-	-
Receitas financeiras	66.270	14.206	67.693	23.463
	44.541	(743)	67.693	23.463
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	47.199	109.609	61.381	124.500
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	47.199	109.609	61.381	124.500
Pessoal:	32.943	34.591	38.180	41.275
Remuneração direta	24.145	24.752	27.781	29.408
Benefícios	7.077	7.980	8.379	9.509
FGTS	1.721	1.859	2.020	2.358
Impostos, taxas e contribuições:	17.564	21.733	17.127	21.637
Federais e Estaduais	11.007	6.982	10.191	6.353
Estaduais	6.134	14.350	6.432	14.805
Municipais	423	401	504	479
Remuneração de capitais de terceiros:	56.868	85.057	66.250	93.360
Juros e demais despesas financeiras	56.595	84.744	65.852	92.889
Aluguéis	273	313	398	471
Remuneração (perdas) de capitais próprios:	(60.176)	(31.772)	(60.176)	(31.772)
Lucro (Prejuízo) do período	(60.176)	(31.772)	(60.176)	(31.772)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Lupatech S.A

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contidas no Formulário de Demonstrações Padronizadas – DFP referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Lupatech S.A (“Companhia”) e suas controladas e associadas (conjuntamente o “Grupo”) é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo (“B3” LUPA3).

O Grupo, atua na manufatura (**segmento de Produtos**), produzindo principalmente: válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos de fibras sintéticas para ancoragem de plataformas de petróleo e diversas outras aplicações; e artefatos de materiais compósitos, tais como postes e camisas tubulares para revestimento de tubulações petroleiras.

A Companhia operava, até 2017, no negócio de serviços petroleiros (**segmento de Serviços**), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado. Tais ativos estão classificados como ativos mantidos para venda.

1.1 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 58.075 na controladora e R\$ 60.037 no consolidado (prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 41.142 na controladora e R\$ 42.907 no consolidado no mesmo período de 2024). Na mesma data, o total do passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 98.683 na controladora (no mesmo período de 2024, o total do passivo circulante excedeu o total de ativo circulante em R\$ 25.675 na controladora).

A Administração monitora constantemente as necessidades de recursos da Companhia, visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto. Para tanto, a Administração elabora projeções financeiras e operacionais, de modo a nortear as ações cabíveis e possíveis. Considerando o momento atual da Companhia, a Administração tem considerado em seu escopo as seguintes ações: (i) venda e recuperação de ativos; (ii) reorganização do endividamento; (iii) reorganização do parque industrial; (iv) realização de transações tributárias; (v) aumento de capital.

Nos cenários desenvolvidos pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de uma ou mais dentre as ações elencadas, bem como outras que possam surgir, com vista à obtenção de recursos financeiros para obter os níveis necessários de capital de giro para o adequado suporte às operações, bem como para a readequação do endividamento. A Administração tem conduzido tratativas com diversas contrapartes visando a implementação das respectivas medidas.

A Companhia se encontra em processo de reestruturação econômico-financeira, com vistas à preservação de sua atividade empresarial, manutenção de empregos e atendimento contínuo de suas obrigações e, para tanto, pretende renegociar seu endividamento por meio de plano de recuperação extrajudicial, conforme Minuta de Plano de Recuperação Extrajudicial arquivada junto à CVM em 02 de abril de 2026: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/firmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1500337>

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo.

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

Empresas controladas

As informações financeiras de empresas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, sendo incluídas nas informações contábeis financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S.A e de suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas controladas diretas e indiretas	Participação direta e indireta (%)	
	31/12/2025	31/12/2024
<u>Participações diretas</u>		
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Finance Limited - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00	95,00
Lochness Participações S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Ilo Administradora de Bens e Direitos Ltda - (Brasil)	100,00	100,00
LPT Ropes Ltda - (Brasil)	100,00	100,00
MNA Valves Ltda - (Brasil) *	100,00	-
<u>Participações indiretas</u>		
Recu S.A. - (Argentina)	5,00	5,00
UPC Perfuração e Completação S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - (Brasil)	100,00	100,00

Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A - (Brasil)	100,00	100,00

* Empresa constituída em 28 de fevereiro de 2025.

3. Práticas contábeis materiais

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

3.1 Instrumentos Financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado.

3.1.1 *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.2 *Ativos e passivos financeiros não derivativos – mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorrido, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, de liquidez imediata. As aplicações financeiras estão registradas pelos valores nominais acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

Contas a receber de clientes

São demonstradas pelos valores nominais dos títulos, acrescidos de variação cambial e ajustados a valor presente até a data do balanço, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida, quando necessário, com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as eventuais perdas estimadas na realização dos créditos.

3.1.3 Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos (parcela referente ao instrumento de dívida) são demonstrados pelo custo amortizado. São demonstrados pelo valor captado, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.2 Ajuste a valor presente

Sobre as transações que dão origem a um ativo, passivo, receita ou despesa ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo não circulante, recebíveis ou exigíveis, ou de curto prazo quando houver efeito relevante, é reconhecido ajuste a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

O ajuste a valor presente é apresentado como conta retificadora dos recebíveis e exigíveis e é alocado ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros.

3.3 Ajuste a valor justo

O ajuste a valor justo é apresentado em conta específica, determinada como ajuste a valor justo e sua variação é alocada ao resultado como receitas ou despesas financeiras pelo regime de competência.

3.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio das compras ou de produção, tendo em conta o método de absorção total de custos industriais, inferior aos valores de realização.

No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

3.5 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas estimadas são as seguintes:

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano	
	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	-	-
Prédios e construções	2%	9%
Máquinas e equipamentos	12%	13%
Moldes e matrizes	21%	18%
Instalações industriais	6%	6%
Móveis e utensílios	13%	12%
Equipamentos para processamento de dados	17%	18%
Benfeitorias	10%	10%
Veículos	25%	9%

3.6 Intangíveis

Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

O ágio é testado anualmente, ou em um período menor, quando houver indicativo de deterioração do investimento, para verificar prováveis perdas (*impairment*).

O ágio é alocado nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

3.7 Estimativa para redução ao valor recuperável dos ativos (*Impairment*)

a. Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora do respectivo ativo. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

c. Ativos classificados como valor justo por meio do resultado

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes.

d. Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

e. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas vigentes, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram vigentes até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (nota explicativa nº 20). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.10 Demais direitos e obrigações

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

3.11 Conversão de saldos em moeda estrangeira

a. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores na data das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

<u>Empresas controladas diretas e indiretas</u>	<u>Moeda Funcional</u>	<u>País</u>
<u>Participações diretas</u>		
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Lupatech Finance Limited - (Ilhas Cayman)	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Recu S.A. - (Argentina)	Peso Argentino	Argentina
Lochness Participações S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Ilnu Administradora de Bens e Direitos Ltda - (Brasil)	Reais	Brasil
LPT Ropes Ltda – (Brasil)	Reais	Brasil
MNA Valves Ltda – (Brasil)	Reais	Brasil
<u>Participações indiretas</u>		
Recu S.A. - (Argentina)	Peso Argentino	Argentina
UPC Perfuração e Completação S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A - (Brasil)	Reais	Brasil

b. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação conforme abaixo:

- Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço;
- As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;

- Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha “Ajustes Acumulados de Conversão”, subconta do grupo “Ajustes de Avaliação Patrimonial”.

3.12 Lucro líquido (prejuízo) por ação

O lucro líquido (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro líquido (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

3.13 Investimentos em controladas (Controladora)

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o resultado dessa avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais sobre investimentos no exterior, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, para serem reconhecidas em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

3.14 Reconhecimento da Receita

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle do ativo: (i) a entidade possui um direito de pagamento; (ii) o cliente possui a titularidade; (iii) a entidade transferiu a posse física; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos; e (v) o cliente aceitou o ativo.

3.15 Relatório por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. As tomadas das decisões estratégicas do Grupo são de responsabilidade do Conselho de Administração.

3.16 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.17 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o Pis e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto, a qual a Companhia está em conformidade nos procedimentos de emissão de notas fiscais.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3.18 Novas normas, alterações e interpretações

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado abaixo:

Pronunciamentos e Revisões	Alteração / Aprimoramento	Vigência
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio / IAS 21	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda.	01/01/2025
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/IFRS <i>Financial instruments</i> 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7	O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com contingentes.	01/01/2026
IFRS S1 - Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade:	Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade abrangendo os princípios para o reporte de riscos e oportunidades que sejam úteis para os usuários na tomada de decisões.	01/01/2026
IFRS S2 - Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima	Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas ao clima, divulgações específicas sobre riscos físicos, riscos de transição e oportunidades climáticas.	01/01/2026
IFRS 18– Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis	A adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento.	01/01/2027

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 – Ativos mantidos para venda.
- Nota explicativa 12 – Imobilizado;
- Nota explicativa 13 – Intangíveis;
- Nota explicativa 18 – Impostos de renda e contribuição social;
- Nota explicativa 20 – Processos contingentes e depósitos judiciais;

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

a. Imposto de renda diferido

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros.

b. Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia reconhece a depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, e reflete significativamente a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

c. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos de ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos.

Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo da provisão para perda do correspondente ativo.

A recuperabilidade do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ágios para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixas descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia, não se concretizaram como esperado no futuro.

As avaliações e teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, tem como pressuposto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

5. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras de longo prazo, títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos - Brasil	249	1.058	370	1.073
Caixa e bancos - Exterior	-	-	14	6
Aplicações Financeiras - CDB	-	771	-	2.436
Total	249	1.829	384	3.515
Não Circulante				
Aplicações Financeiras - CDB	234	-	234	-
Títulos e valores mobiliários	-	44	-	44
Total	234	44	234	44

Os valores de equivalentes de caixa são referentes a aplicações em renda fixa e certificado de depósito bancário, com liquidez imediata exceto quando compõe garantia de obrigações contraídas pela Companhia.

Para o período atual, o saldo consolidado vinculado a garantias é de R\$ 234.

6. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Mercado nacional	12.820	32.203	14.869	36.127
Mercado externo	53	4	53	70
	<u>12.873</u>	<u>32.207</u>	<u>14.922</u>	<u>36.197</u>
Estimativa para perda de créditos de liquidação duvidosa	(865)	(676)	(972)	(770)
Total	<u><u>12.008</u></u>	<u><u>31.531</u></u>	<u><u>13.950</u></u>	<u><u>35.427</u></u>

O valor do risco de eventuais perdas encontra-se apresentado como Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD”). Tais estimativas são elaboradas tendo em consideração a política de créditos da Companhia, o tempo transcorrido do inadimplemento e a situação específica do crédito ou do cliente.

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanente do saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente, por parte de sua Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

A baixa por perda obedece aos parâmetros da legislação tributária e a recuperação refere-se à receita correspondente da recuperação do crédito anteriormente estimado como perda, proveniente do efetivo recebimento.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A faturar	8.791	16.794	8.791	16.794
A vencer	1.791	11.765	2.282	13.652
Vencidos até 30 dias	410	1.238	619	1.182
Vencidos de 31 a 90 dias	102	1.362	222	1.988
Vencidos de 91 a 180 dias	1.054	69	1.167	479
Vencidos de 181 a 360 dias	29	287	29	444
Vencidos há mais de 360 dias	696	692	1.812	1.658
Total	<u><u>12.873</u></u>	<u><u>32.207</u></u>	<u><u>14.922</u></u>	<u><u>36.197</u></u>

O valor “A faturar” representa projetos em execução, reconhecidos conforme cumprimento de cada obrigação de desempenho acordado entre as partes.

Como parte de seus meios de financiamento, a Companhia antecipa direitos creditórios com ou sem coobrigação. Quando permanece a coobrigação, permanece uma obrigação correspondente no passivo, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15 sob a rubrica “Títulos descontados com coobrigação”.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Produtos prontos	3.419	11.272	3.645	11.593
Mercadorias para revenda	481	612	481	612

Produtos em elaboração	12.855	11.511	13.491	12.429
Matéria-prima e materiais auxiliares *	9.748	9.107	13.011	15.420
Estoques unidades de serviços	-	-	8.492	9.746
Perdas com obsolescência de estoques	(6.936)	(7.447)	(18.500)	(22.870)
Total	19.567	25.055	20.620	26.930

* Para o período atual, o saldo consolidado de estoques vinculados a garantias bancárias é de R\$ 2.138.

As Perdas com Obsolescência de Estoques consistem em estimativas da administração baseadas no giro dos estoques, na carteira de pedidos e na perspectiva de demanda futura para os itens de estoque. Normalmente a perda é provisionada de forma gradativa a partir do 1º ano em desuso. Itens avaliados como obsoletos podem ter seu status alterado caso haja alteração das perspectivas para o seu aproveitamento.

Os estoques das unidades de serviços, sem operações desde 2017, estão provisionados como perdas com obsolescência de estoques devido ao seu desuso.

Movimentação das perdas com estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial do período	(7.447)	(8.291)	(22.870)	(25.315)
Estimativa de perda	(13)	(61)	(13)	(733)
Reversão	524	905	4.383	3.178
Saldo final	(6.936)	(7.447)	(18.500)	(22.870)

8. Impostos a recuperar

Impostos a Recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar	3.385	4.998	3.833	5.169
ICMS Importação	-	-	4.557	-
ICMS s/PIS e COFINS	3.138	14.750	17.552	18.447
IPI a recuperar	1.162	1.291	1.324	1.461
PIS a recuperar	175	237	186	316
COFINS a recuperar	758	1.042	809	1.182
IRRF a recuperar	21	15	36	72
IRPJ a recuperar	321	790	6.413	6.430
CSLL a recuperar	217	619	1.026	1.330
Outros	50	64	127	92
Total	9.227	23.806	35.863	34.499
Circulante	5.382	20.324	22.627	31.017
Não Circulante	3.845	3.482	13.236	3.482

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

- **ICMS** - créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação.
- **ICMS s/ PIS e COFINS** – refere-se ao montante apurado pela Companhia em virtude de trânsito em julgado de decisão favorável à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A Companhia realizou o pedido de restituição parcial dos valores, os quais estão sobre análise da Receita Federal para a conclusão do procedimento de restituição e eventual compensação nos termos do art. 92, §6º da IN RFB 2.055/2021.

- **IPI, PIS e COFINS a recuperar** – créditos sobre compras de matérias-primas. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação com outros tributos federais.
- **Imposto de renda e contribuição social a recuperar** – impostos retidos na fonte sobre rendimento de operações financeiras e serviços prestados para terceiros. Estes impostos vêm sendo compensados com impostos a pagar apurados de mesma natureza ou objeto de pedido de restituição, quando aplicável.

9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras contas a receber - circulante				
Debêntures conversíveis em ações	177	749	177	1.142
Acordo de recebimento - CSL	21.240	-	21.240	-
Outras contas a receber	19	143	2.035	3.533
Total	21.436	892	23.452	4.675
Outras contas a receber - não circulante				
Acordo de recebimento - CSL	15.743	33.341	15.743	33.341
Outras contas a receber	138	-	2.816	123
Total	15.881	33.341	18.559	33.464

As “Debêntures conversíveis em ações” consistem em direitos transmutáveis em ações da Ciaval Administradora de Bens e Direitos SPE S.A., sociedade de propósito específico constituída nos termos do inciso XVI do Art.50 da Lei 11.101/2005, para efetivar a dação em pagamento de bens e direitos aos credores da Classe I da recuperação judicial do grupo Lupatech.

O “Acordo de recebimento – CSL” representa valores que a Companhia tem a receber da Cordoaria São Leopoldo Ltda (CSL). e sua sucessora Cordoaria São Leopoldo Original Ltda (CSLO). O acordo firmado, prevê, o pagamento integral à Lupatech do valor atualizado do cumprimento de sentença, o qual será feito a prazo, com vencimento final em 31 de dezembro de 2028, e compreende pagamentos em dinheiro e a dação em pagamento de direitos creditórios contra o Estado do Rio Grande do Sul.

As “Outras contas a receber” são compostas, de créditos cedidos para pagamento provenientes, a termo de mútuos realizados à sociedade Luxxon Participações Ltda., da qual a Companhia deixou de participar da sociedade em janeiro de 2021. E de outros créditos que estão em cobranças judiciais.

10. Ativos classificados como mantidos para venda

A Companhia possui ativos classificados como mantidos para venda, que compreendem: (i) equipamentos especiais, dedicados a determinadas intervenções especializadas em poços de petróleo, com uso principalmente *offshore*, cuja natureza destes ativos faz com que a venda se estenda para mais de um ano. A especialidade e a dificuldade geográfica redundam em um fator diminuidor da liquidez dos bens, que não são controláveis pela entidade; (ii) ativos industriais dedicados a fabricação de cabos e cordas de fibras sintéticas, consistentes em máquinas e outros equipamentos (iii) imóvel de Caxias do Sul/RS; (iv) imóvel de Nova Odessa/SP.

O valor contábil dos ativos registrados no balanço patrimonial da Companhia está consistente com os laudos de avaliadores independentes. O saldo de ativos mantidos para venda é demonstrado conforme abaixo:

Ativos mantidos para venda	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	-	-	44.786	28.893
Prédios e instalações	-	-	43.349	13.416
Máquinas e equipamentos	300	1.057	65.059	9.737
Ferramentas industriais e moldes e formas	-	-	1.130	1.396
Móveis e utensílios	-	-	139	-
Veículos	-	-	240	-
Total	300	1.057	154.703	53.442

Síntese de movimentação dos ativos imobilizados mantidos para venda:

Custo do Ativo - Líquido de <i>Impairment</i>	Controladora				
	Terrenos	Prédios e Instalações	Máquinas e equipamentos	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	1.057	-	1.057
Baixas	-	-	(176)	-	(176)
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(581)	-	(581)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	300	-	300

Custo do Ativo - Líquido de <i>Impairment</i>	Consolidado				
	28.893	13.416	9.737	1.396	53.442
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.893	13.416	9.737	1.396	53.442
Adições	15.893	29.933	58.322	410	104.559
Baixas	-	-	(879)	(436)	(1.315)
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	-	-	(1.234)	138	(1.096)
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	-	(887)	-	(887)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	44.786	43.349	65.059	1.509	154.703

11. Investimentos

11.1 Investimentos em controladas e coligadas

	Mipel	Recu	UEP	Finance	Lochness	Ilnu	LPT	MNA Valves	Controladora	
									31/12/2025	31/12/2024
Dados dos investimentos										
Quantidade de ações ou cotas										
Ações ordinárias (mil)	-	3.000	-	-	734.613	-	-	-		
Cotas do capital social (mil)	54.260	-	395.119	50	-	97.765	54.107	17.214		
Percentual de participação	100%	95%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Patrimônio líquido	504	-	25.014	71.969	26.870	97.602	58.760	17.133		
Resultado no período	(5.953)	-	(1.949)	(357)	(5.850)	-	(6)	(81)		
Lucros não realizados	(283)	-	-	-	-	-	-	-		
Movimentação dos investimentos										
Saldo inicial no período	5.988	-	26.963	105.435	32.874	89.316	54.107	-	314.683	256.555
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	4.659	17.214	21.873	65.041
Resultado de equivalência patrimonial	(5.767)	-	(1.949)	(6.699)	(5.850)	(1.377)	(6)	(81)	(21.729)	(14.949)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(9.071)	(154)	-	-	-	(9.225)	8.036
Saldo final no exercício	221	-	25.014	89.665	26.870	87.939	58.760	17.133	305.602	314.683

As razões sociais das controladas e coligadas são as seguintes: Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda.; Recu – S.A; UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A.; Lupatech Finance Limited; Lochness Participações S.A; Ilnu Administradora de Bens e Direitos Ltda; LPT Ropes Ltda e MNA Valves Ltda.

11.2 Propriedade para Investimento

Atualmente é constituída de terreno e área construída, localizados em Macaé no Rio de Janeiro, onde não existem atividades operacionais. O imóvel é de titularidade da sociedade Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A, constituída para efetivar a dação em pagamento do imóvel aos credores da Classe I da recuperação

judicial do grupo Lupatech, nos termos inciso XVI do Art.50 da Lei 11.101/2005, conforme autorização judicial concedida no âmbito do processo de recuperação judicial. A mensuração da propriedade para investimento é pelo valor justo. Conforme laudo técnico de empresa independente, o valor justo apurado para os imóveis de investimentos é R\$ 19.685.

12. Imobilizado

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		imobilizado líquido	imobilizado líquido	imobilizado líquido	imobilizado líquido
Terrenos	-	3.751	3.751	3.884	19.777
Prédios e construções	2%	5.144	5.320	15.140	46.722
Máquinas e equipamentos	12%	4.737	5.610	8.012	63.199
Moldes e matrizes	21%	580	684	625	727
Instalações industriais	6%	69	73	1.252	1.310
Móveis e utensílios	13%	539	559	588	629
Equipamentos para processamento de dados	17%	119	163	169	244
Benfeitorias	10%	343	432	884	998
Veículos	25%	53	58	56	61
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	100	100	5.419	5.419
Imobilizações em andamento	-	426	543	598	745
		<u>15.861</u>	<u>17.293</u>	<u>36.627</u>	<u>139.831</u>

Síntese de movimentação do imobilizado:

Controladora									
	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas e equipamento, moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.751	8.269	61.941	2.316	3.944	3.982	543	577	85.323
Adições	-	-	33	2	21	8	122	-	186
Baixas	-	(39)	(1.170)	(147)	(58)	(5)	(101)	(165)	(1.685)
Transferências	-	-	97	41	-	-	(138)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.751	8.230	60.901	2.212	3.907	3.985	426	412	83.824
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(2.949)	(55.647)	(1.811)	(3.385)	(3.819)	-	(419)	(68.030)
Adições	-	(176)	(956)	(127)	(41)	(52)	-	(5)	(1.357)
Baixas	-	39	1.019	138	58	5	-	165	1.424
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(3.086)	(55.584)	(1.800)	(3.368)	(3.866)	-	(259)	(67.963)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.751	5.320	6.294	505	559	163	543	158	17.293
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.751	5.144	5.317	412	539	119	426	153	15.861

Consolidado

		Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Custo do imobilizado bruto	Terrenos								
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.777	62.991	159.263	5.839	5.331	6.634	745	13.108	273.688
Adições	-	33	4.311	3	155	8	181	247	4.938
Baixas	-	(39)	(3.159)	(147)	(98)	(41)	(117)	(895)	(4.496)
Transferências	-	-	169	42	-	-	(211)	-	-
Reversão/Estimativa de perdas	-	289	31	-	-	-	-	-	320
Ativos mantidos para venda	(15.893)	(29.933)	(58.353)	-	(139)	-	-	(240)	(104.558)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.884	33.341	102.262	5.737	5.249	6.601	598	12.220	169.892
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(16.269)	(95.337)	(3.531)	(4.702)	(6.390)	-	(7.628)	(133.857)
Adições	-	(1.971)	(1.248)	(208)	(56)	(83)	-	(12)	(3.578)
Baixas	-	39	2.960	138	97	41	-	895	4.170
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(18.201)	(93.625)	(3.601)	(4.661)	(6.432)	-	(6.745)	(133.265)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	19.777	46.722	63.926	2.308	629	244	745	5.480	139.831
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.884	15.140	8.637	2.136	588	169	598	5.475	36.627

Determinados bens do ativo imobilizado (máquinas, equipamentos e terrenos), encontram-se onerados por meio de hipotecas, que garantem empréstimos, ou penhora, em determinadas contingências tributárias. A tabela a seguir exibe os montantes de bens onerados, conforme valor contábil vigentes:

Bens Onerados por	Controladora	Consolidado
Tributário (execuções fiscais)	8.625	9.429
Empréstimos e financiamentos	3.329	94.257
Total	11.954	103.686

13. Intangíveis

	Taxa média ponderada de amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Intangível líquido		Intangível líquido	
Ágios na aquisição de investimentos *	-	61.479	61.479	82.166	82.166
Softwares e outras licenças	13% a.a	2	8	88	122
Desenvolvimento de novos produtos	24% a.a	696	753	854	910
Total		62.177	62.240	83.108	83.198

* Ágio oriundo da aquisição de sociedades pela Controladora e por suas controladas.

Síntese de movimentação do intangível:

	Controladora			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Custo do intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.479	13.270	10.262	85.011
Adições	-	-	100	100
Saldo em 31 de dezembro de 2025	61.479	13.270	10.362	85.111
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(13.262)	(9.509)	(22.771)
Adições	-	(6)	(157)	(163)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(13.268)	(9.666)	(22.934)
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	61.479	8	753	62.240
Saldo em 31 de dezembro de 2025	61.479	2	696	62.177
	Consolidado			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Custo do intangível bruto				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	82.166	16.411	11.509	110.086
Adições	-	-	101	101
Saldo em 31 de dezembro de 2025	82.166	16.411	11.610	110.187
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(16.289)	(10.599)	(26.888)
Adições	-	(34)	(157)	(191)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(16.323)	(10.756)	(27.079)
Intangível líquido				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	82.166	122	910	83.198
Saldo em 31 de dezembro de 2025	82.166	88	854	83.108

a. Desenvolvimento de novos produtos

Refere-se aos custos com desenvolvimento de novos produtos, processos e equipamentos, realizados. A amortização destes projetos, cujo prazo não supera 5 anos, é feita a débito do resultado do exercício.

b. Softwares e outras licenças

Inclui todos os sistemas de processamento de dados e licenças de uso, os quais são registrados pelo custo de aquisição e amortizados de forma linear. A amortização de softwares é feita a débito do resultado do exercício, pelo prazo de 5 anos.

c. Ágios na aquisição de investimentos

Os ágios são alocados às unidades geradoras de caixa para os quais podem ser identificados nos fluxos de caixa das Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”. O saldo do ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de “impairment” anualmente ou sempre que há indícios de eventual perda de valor. Em 2025 não foram identificados indícios de perda de valor na recuperabilidade de ágios.

As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado para teste do “impairment” incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da Administração para o desempenho dos negócios em um horizonte de 10 anos. As projeções são efetuadas em moeda nominal, admitidas premissas sobre câmbio e inflação. Os fluxos de caixa descontados são calculados para horizontes de 5 e 10 anos e também considerando a perpetuidade dos negócios, sendo estes valores comparados aos saldos contábeis dos ativos em uso a fim de avaliar a necessidade de reconhecer eventual perda de valor. Sempre que cabível, a Administração efetua a comparação entre os valores em uso e os valores estimados de venda das UGCs a fim de identificar eventuais distorções nos cálculos.

As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A taxa de desconto utilizada foi de 10,2% a.a., com base no custo de capital ponderado segundo a metodologia CAPM.

As estimativas da Administração consideram a progressiva recuperação dos negócios, de sorte que eventos ou mudanças significativas no panorama podem levar a estimação de perdas significativas por recuperabilidade de ágio.

O quadro a seguir exibe um resumo da alocação do saldo do ágio por nível de Unidade Geradora de Caixa:

UGCs	Ágios na aquisição de investimentos			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Segmento Produtos				
Válvulas Industriais	6.065	6.065	6.065	6.065
Cabos de Ancoragem (Ropes)	55.414	55.414	55.414	55.414
Compósitos (Fiberware)	-	-	20.687	20.687
Total	61.479	61.479	82.166	82.166

UGCs	Ágio na aquisição de investimento	Impairment	Ágio líquido
Segmento Produtos			
Válvulas Industriais	6.065	-	6.065
Cabos de Ancoragem (Ropes)	125.414	(70.000)	55.414
Compósitos (Fiberware)	20.687	-	20.687
Total	152.166	(70.000)	82.166

Durante o exercício findo em 31 dezembro de 2025, não foram reconhecidos reversão ou estimativa de perdas pela não recuperabilidade do ágio.

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores – créditos concursais				
Nacionais	36.659	44.954	36.659	44.954
Estrangeiros	2.903	10.515	2.903	10.515
(-) AVP	(14.506)	(20.629)	(14.506)	(20.629)
Total	25.056	34.840	25.056	34.840
Circulante	4.133	5.916	4.133	5.916
Não circulante	20.923	28.924	20.923	28.924
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores				
Nacionais	13.477	9.723	20.090	11.295
Estrangeiros	2.019	523	2.019	523
Total	15.496	10.246	22.109	11.818
Circulante	15.496	10.246	22.109	11.818
Não circulante	-	-	-	-

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos fornecedores estão conforme segue:

Vencimento	31/12/2025
2027	1.674
2028	2.276
2029	2.770
2030	3.512
A Partir de 2031	10.691
	20.923

15. Empréstimos e financiamentos

Créditos Concursais	Indexador	Taxas de juros ponderada	31/12/2025						31/12/2024					
			Controladora			Consolidado			Controladora			Consolidado		
			Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Moeda nacional														
Credores com garantia real (Classe II)	FIXO	3,00% a.a. + TR	5.980	33.937	39.917	5.980	33.937	39.917	2.990	37.314	40.304	2.990	37.314	40.304
(-) Ajuste a valor presente			-	(12.574)	(12.574)	-	(12.574)	(12.574)	-	(15.301)	(15.301)	-	(15.301)	(15.301)
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	3,3% a.a. + TR	6.377	72.816	79.193	6.377	72.816	79.193	2.953	72.213	75.166	2.953	72.213	75.166
(-) Ajuste a valor presente			-	(31.375)	(31.375)	-	(31.375)	(31.375)	-	(33.057)	(33.057)	-	(33.057)	(33.057)
Moeda estrangeira														
Credores quirografários (Classe III)	FIXO	0,4% a.a.	-	-	-	4.657	74.294	78.951	-	-	-	2.040	87.276	89.316
(-) Ajuste a valor presente			-	-	-	-	(23.223)	(23.223)	-	-	-	-	(31.548)	(31.548)
Total			12.357	62.804	75.161	17.014	113.875	130.889	5.943	61.169	67.112	7.983	116.897	124.880
Moeda nacional														
Capital de giro / expansão - BNDES*	TJLP	9,07% a.a.	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648	5.034	-	5.034	8.648	-	8.648
Títulos descontados com coobrigação, cessão fiduciária de recebíveis e créditos com garantia fiduciária	FIXO	2,34% a.m.	26.308	-	26.308	27.033	-	27.033	27.080	666	27.746	27.109	666	27.775
Capital de Giro e FGI	FIXO	1,91% a.m.	6.376	2.570	8.946	6.489	2.570	9.059	10.005	5.874	15.879	10.005	5.874	15.879
Moeda estrangeira														
Capital de giro / expansão - BNDES*	DÓLAR	6,06% a.a.	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519	1.214	-	1.214	2.519	-	2.519
Total			38.932	2.570	41.502	44.689	2.570	47.259	43.333	6.540	49.873	48.281	6.540	54.821

*Os créditos outorgados pelo BNDES são objeto de litígio (Nota 20) que envolve, entre outros, a classificação dos créditos. Os valores indicados no quadro correspondem ao valor total objeto da discussão, e se subdividem em uma parte sujeita à Recuperação Judicial e uma parte não sujeita. A parte não sujeita se limita ao valor dos bens objeto de alienação fiduciária, valor este que somente poderia ser aferido em hasta pública segundo decisão do TJ-SP – segundo laudos de avaliação contratados pela Companhia, os bens têm o valor de R\$ 5.005.

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos, são detalhados a seguir:

Vencimento	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
2027	2.576	8.427
2028	8.053	10.490
2029	8.600	13.180
2030	9.420	14.841
A Partir de 2031	36.725	69.507
	<u>65.374</u>	<u>116.445</u>

As garantias contratadas sobre os empréstimos e financiamentos são detalhadas abaixo:

Moeda nacional	Garantia	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor da garantia		Valor da garantia	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
		Saldo Contábil	Saldo Contábil	Saldo Contábil	Saldo Contábil
Capital de giro / expansão	Hipoteca / edificações	2.634	90.736	2.634	92.112
	Máquinas e equipamentos	461	3.287	597	3.236
	FGI	234	234	3.386	3.386
		<u>3.329</u>	<u>94.257</u>	<u>6.617</u>	<u>98.734</u>

16. Empresas Ligadas

16.1 Controladora

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação. Os detalhes a respeito das transações entre a controladora e suas controladas estão apresentados a seguir:

	Controladora						31/12/2025	31/12/2024
	Lochness	MNA Valves	LPT Ropes	Mipel	Lupatech Finance	UEP Equipamentos		
Ativo Circulante								
Duplicatas a receber	-	-	-	1	-	-	1	-
Outras contas a receber	163	10	2	-	-	-	175	213
Ativo Não Circulante								
Mútuos e empréstimos	-	-	-	-	1.319	-	1.319	1.479
	<u>163</u>	<u>10</u>	<u>2</u>	<u>1</u>	<u>1.319</u>	<u>-</u>	<u>1.495</u>	<u>1.692</u>
Passivo Circulante								
Duplicatas a pagar	-	-	-	954	-	-	954	425
Outras contas a pagar	7.356	-	-	284	1.251	2.684	11.575	12.691
Passivo Não Circulante								
Mútuos e empréstimos	-	-	-	-	145.166	-	145.166	163.057
	<u>7.356</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.238</u>	<u>146.417</u>	<u>2.684</u>	<u>157.695</u>	<u>176.173</u>
Resultado do Período								
Vendas de produtos	-	-	-	3.470	-	-	3.470	9.519
Receitas financeiras	-	-	-	-	5	-	5	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	576	-	576	-
Variação cambial	-	-	-	-	18.002	-	18.002	(32.134)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.470</u>	<u>18.583</u>	<u>-</u>	<u>22.053</u>	<u>(22.615)</u>

Controladora							
	Data transação	Duração	Taxa de juros	Montante envolvido R\$	Saldo existente US\$	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos ativos							
Moeda estrangeira							
Contrato 1	jul-14	Indeterminado	105% do DI-Cetip	19.820	240	1.319	1.479
				19.820	240	1.319	1.479
Mútuos passivos							
Moeda estrangeira							
Contrato 2	jan-18	Indeterminado	0,4% a.a.	225.416	26.382	145.166	163.057
				225.416	26.382	145.166	163.057

As transações são praticadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

Avais concedidos

As operações com partes relacionadas não possuem garantias atreladas a operação, resumindo-se as transações comerciais ordinárias (compra e venda de insumos), as quais não estão lastreadas em garantias, assim como operações de mútuos com empresas do Grupo, as quais também não apresentam garantias na sua composição.

17. Pessoas chave da Administração

Remuneração da Administração

Anualmente os acionistas reunidos em Assembleia determinam os limites de remuneração para os órgãos da Administração. A remuneração da Administração é composta de uma parte fixa, e, no caso da Diretoria contempla também uma parte variável.

A tabela a seguir detalha a remuneração dos órgãos da Administração:

Remuneração da Administração	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	Fixa	Variável	31/12/2025	Fixa	Variável	31/12/2024
Diretoria	(1.879)	(3.342)	(5.221)	(1.878)	(288)	(2.166)
Conselho de Administração	(1.243)	-	(1.243)	(1.089)	-	(1.089)
Total	(3.122)	(3.342)	(6.464)	(2.967)	(288)	(3.255)

A Companhia não remunera os administradores com a entrega de ações. Outrossim, ela oferece ao pessoal chave a possibilidade de participação em planos de outorga de opções de compra de ações de sua emissão. Tais planos conferem aos beneficiários o direito, mas não a obrigação, de adquirir ações a preço previamente pactuado em prazos também definidos, mediante o pagamento do preço. Trata-se, portanto, de uma transação mercantil entre as partes.

O valor da remuneração variável da diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 2025, tem como base os resultados alcançados em 2024.

18. Imposto de renda e contribuição social

A Lupatech S.A e suas controladas e coligadas possuem saldos de R\$ 871.831 e R\$ 1.095.256 respectivamente, de prejuízos fiscais acumulado perfazendo um total de R\$ 1.967.087 até dezembro de 2025.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativo

A Companhia possui prejuízos fiscais passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, tendo sido constituído crédito fiscal diferido. Segundo as análises técnicas elaboradas, a Companhia estima a realização dos créditos tributários da forma a seguir:

IRPJ e CSLL – Créditos Fiscais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Estimativa de realização - 2026	4.317	-	4.911	-
Estimativa de realização - 2027	-	-	-	-
Estimativa de realização - 2028	2.254	-	2.563	-
Estimativa de realização - 2029	5.680	-	6.461	-
Estimativa de realização - 2030	7.431	-	8.453	-
A partir de 2031	70.868	-	80.612	-
	90.550	0	103.000	0

A Companhia reconhece impostos de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de ajustes ao lucro contábil, conforme demonstrado a seguir:

IRPJ e CSLL - Diferenças Temporárias	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
AVP de fornecedores, multas, empréstimos	(21.414)	(24.078)	(26.941)	(31.587)
Custo Atribuído	-	-	(1.135)	(1.214)
Outros	(6.712)	(1.946)	(6.712)	(1.946)
	(28.126)	(26.024)	(34.788)	(34.747)

Os valores acima compostos são apresentados líquidos no balanço patrimonial, conforme segue:

IRPJ e CSLL - Ativo Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos Fiscais	90.550	90.550	103.000	103.000
Diferenças Temporárias	(28.126)	(26.024)	(34.788)	(34.747)
	62.424	64.526	68.212	68.253

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes dos impostos	(58.075)	(41.142)	(60.037)	(42.907)
Adição e exclusões				
Equivalência patrimonial	(21.729)	(14.949)	-	-
Obsolescência de estoques	511	(844)	4.370	2.445
(Reversão) Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	(581)	2.341	(776)	11.200
(Reversão) Estimativa de perdas para devedores duvidosos	188	(20)	202	(283)
Estimativas para perdas com processos judiciais	(10.370)	5.644	(13.725)	601
Despesas não dedutíveis	(24)	-	(3.834)	(11)
Ajuste a valor presente	(11.195)	-	(19.519)	(13.721)
Provisão de juros sobre fornecedores	(351)	60	(427)	399
Provisão de variação cambial	(21.901)	35.751	(22.225)	27.690
Outros	104.037	11.915	86.504	(3.378)
Base de cálculo	(19.490)	(1.244)	(29.467)	(17.965)
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(19)	(11)
IRPJ e CSLL diferidos	(2.101)	9.370	(120)	11.146

19. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras a pagar - Circulante				
Provisão de honorários jurídicos	773	448	773	448
Reclamações a pagar	402	383	583	579
Honorários advocatícios	6.683	-	6.683	-
Outras obrigações*	5.488	2.923	5.488	2.923
Multas Contratuais	5.682	928	5.948	928
Outras contas a pagar	1.188	626	1.330	966
Total	20.216	5.308	20.805	5.844

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras a pagar - Não Circulante				
Reclamações a pagar	-	-	1.821	1.624
Outras obrigações*	43.258	38.368	43.258	38.368
Total	43.258	38.368	45.079	39.992

* Dívidas concursais

Os vencimentos das parcelas das outras obrigações – Dívidas Concurtais alocadas no não circulante estão conforme segue:

Controladora e Consolidado	
Vencimento	31/12/2025
2027	3.363
2028	4.485
2029	5.460
2030	6.922
A Partir de 2031	23.028
	43.258

20. Processos contingentes e depósitos judiciais

20.1 Depósitos Judiciais

A Companhia apresenta os seguintes saldos de depósitos judiciais, que estão atrelados aos passivos contingentes:

	Depósitos judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contingências tributárias	598	287	754	443
Contingências trabalhistas	1.514	1.114	3.231	3.397
Contingências cíveis	9	19	28	459
Total	2.121	1.420	4.013	4.299

20.2 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia discute questões de natureza tributária, trabalhista e civil na esfera judicial. A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportadas pela opinião de seus advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado

suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

		Controladora		Consolidado	
		Expectativa de perda		Expectativa de perda	
		Possível	Provável	Possível	Provável
Tributários (i)					
ICMS	(i.1)	90.238	-	90.665	-
CSLL		2.526	-	7.724	-
IRPJ	(i.2)	23.220	-	61.772	-
IRRF	(i.3)	67.625	-	67.625	-
IPI		1.082	-	1.082	-
PIS/COFINS		-	-	307	-
ISS	(i.4)	-	-	10.380	-
CIDE		-	-	1.880	-
Impostos aduaneiros	(i.5)	-	-	33.666	-
Outras provisões tributárias	(i.6)	1.452	-	6.316	-
		186.143	-	281.417	-
Trabalhistas (ii)					
		5.998	13.155	10.619	15.455
Cíveis (iii)					
		6.812	794	15.800	9.720
Total em 31 de dezembro de 2025		198.953	13.949	307.836	25.175
Total em 31 de dezembro de 2024		185.974	12.013	290.385	25.280

Estes valores abrangem a totalidade das empresas do Grupo e incluem valores em discussão judicial e administrativa bem como situações incorridas onde, mesmo sem a existência de lançamentos ou questionamento formal por parte das autoridades, possam ensejar riscos de perdas futuras.

A provisão para recursos envolvidos nas demandas judiciais nos montantes acima expostos e referentes às esferas abaixo elencadas, leva em conta a probabilidade de perda provável, sendo esta, configurada quando uma saída de benefícios econômicos é presumível diante da matéria discutida, dos julgamentos havidos em cada demanda e do entendimento jurisprudencial de cada caso. As demandas com probabilidade de perda possível estão excluídas da provisão.

A movimentação do saldo da provisão é conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	Tributário	Trabalhista	Cíveis	Total	Tributário	Trabalhista	Cíveis	Total
Total em 31/12/2024	-	11.657	356	12.013	-	16.380	8.900	25.280
Adições no período	-	2.548	457	3.005	-	3.112	857	3.969
Baixas no período	-	(1.050)	(19)	(1.069)	-	(4.037)	(37)	(4.074)
Total em 31/12/2025	-	13.155	794	13.949	-	15.455	9.720	25.175

As demandas judiciais são divididas em três esferas, sendo elas:

(i) *Contingências tributárias*

Discussões envolvendo tributos na esfera estadual e federal, dentre estes IRPJ, PIS, COFINS, INSS, ICMS e IPI. Existem processos em todas as fases processuais, desde a instância inicial até as Cortes Superiores, STJ e STF. Os principais processos e valores são conforme abaixo:

Principais processos contingentes na controladora classificados como de perda possível em 31 de dezembro de 2025:

(i.1) Ação Anulatória do Estado do Rio Grande do Sul que objetiva desconstituir crédito tributário de ICMS, em razão da empresa não ter realizado o recolhimento do imposto por ocasião da exportação ficta de

mercadorias ao abrigo do REPETRO, haja vista tal operação ser imune à sua incidência. Processo distribuído em 28 de abril de 2017, sujeito à perda possível de R\$ 90.238.

(i.2) Manifestação de inconformidade apresentada para ver reconhecido o saldo negativo de IRPJ. Processo distribuído em 30 de maio de 2014, sujeito à perda possível de R\$ 9.622.

Ação Anulatória objetivando a desconstituição do crédito tributário (IRPJ e CSLL referentes aos anos-calendário de 2009 e 2010). Processo distribuído em 15 de abril de 2020, sujeito à perda possível de R\$ 7.296.

Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência de Manifestação de Inconformidade apresentada contra o despacho decisório. Processo distribuído em 23 de julho de 2014, sujeito à perda possível de R\$ 6.302.

(i.3) Execução Fiscal da Fazenda Nacional, referente à cobrança de débito de IRRF. A discussão de mérito é travada nos autos de Mandado de Segurança, no qual foi proferida sentença reconhecendo que parcela substancial dos créditos tributários decorrentes de processo administrativo é improcedente. Processo distribuído em 21 de janeiro de 2016, sujeito à perda possível de R\$ 67.625.

(i.6) Processos administrativos que objetivam extinção de débitos objetos de PER/DCOMP. Processos sujeitos à perda possível totalizando R\$ 1.452.

Principais processos contingentes nas controladas classificados como de perda possível em 31 de dezembro de 2025:

(i.2) Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, em razão de supostas irregularidades na apuração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no exercício de 2013. Processo distribuído em 06 de outubro de 2016, sujeito à perda possível de R\$ 14.441.

Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência do arbitramento do lucro no ano calendário 2010. Processo distribuído em 10 de novembro de 2014, sujeito à perda possível de R\$ 17.491.

Processo administrativo objetivando compensar débitos com crédito tributário correspondente a saldo negativo de IRPJ referente ao ano calendário de 2010. Processo distribuído em 30 de abril de 2013, sujeito à perda possível de R\$ 6.610.

(i.4) Execução Fiscal do Município de Macaé – RJ, para cobrança de ISS referente aos períodos de 2012 e 2013. Processo distribuído em 10 de dezembro de 2015, sujeito à perda possível de R\$ 3.848.

Execução Fiscal do Município de Três Rios – RJ, para cobrança de ISS referente aos períodos de 2013 e 2014. Processo distribuído em 02 de dezembro de 2016, sujeito à perda possível de R\$ 3.401.

Processos remanescentes, referente cobrança de ISS e sujeitos à perda possível totalizando R\$ 3.131.

(i.5) Autos de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, para cobrança de multas em razão do alegado descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processos sujeitos à perda possível de R\$ 17.885.

Autos de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil para cobrança do saldo remanescente de II, IPI, PIS e COFINS incidentes nas importações declaradas. Processos sujeitos à perda possível de R\$ 4.217.

Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil referente à cobrança das multas lançadas em decorrência do suposto descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processo distribuído em 22 de janeiro de 2010. Processo sujeito à perda possível de R\$ 3.380.

Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão do suposto descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processo distribuído em 21 de fevereiro de 2020. Processo sujeito a perda possível de R\$ 2.991.

Autos de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão do suposto descumprimento do regime aduaneiro especial de admissão temporária. Processos sujeitos a perda possível totalizando R\$ 5.193.

(i.6) Processos administrativos que objetivam extinção de débitos objetos de PER/DCOMP e desconstituição de créditos tributários. Processos sujeitos a perda possível totalizando R\$ 6.316.

(ii) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza trabalhista referente a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, danos materiais e morais, insalubridade e periculosidade, entre outros.

A tabela a seguir detalha os passivos e contingências trabalhistas da Companhia, bem como os ativos a ela associados:

Obrigações vinculadas a contingências trabalhistas	Balanco Patrimonial	Créditos concursais	Demais créditos	Total em 31/12/2025
Obrigações e provisões trabalhistas	Passivo Circulante	93	-	93
Obrigações e provisões trabalhistas	Passivo Não Circulante	1.854	-	1.854
Provisão para riscos trabalhistas	Passivo Não Circulante	10.535	2.061	12.596
Contingências trabalhistas avaliadas como possíveis	Não provisionadas no balanço	1.244	1.934	3.178

Ativos vinculados a contingências trabalhistas	Balanco Patrimonial	Total em 31/12/2025
Outras Contas a Receber/Debêntures Conversíveis em ações (Nota 9)	Ativo Circulante	177
Depósitos Judiciais – Contingências Trabalhistas (Nota 20.1)	Ativo Não Circulante	3.231
Propriedade para Investimento (Nota 11.2)	Ativo Não Circulante	19.685

Por ocasião da recuperação judicial, a Companhia tomou providências visando o pagamento da integralidade dos créditos trabalhistas contingentes sujeitos à recuperação judicial. Tais medidas incluem: (i) a dação em pagamento de ações de Sociedade de Propósito Específico à qual foram aportados bens e direitos para alienação e posterior distribuição de capital aos acionistas ex-credores. (ii) a emissão de Bônus de Subscrição para pagamento dos créditos excedentes ao montante de 150 salários-mínimos vigentes à data do pedido de recuperação judicial, e (iii) as providências necessárias ao aporte de ativos suplementares à SPE.

(iii) Contingências cíveis

As principais discussões nesta área, classificados como perda possível na controladora em 31 de dezembro de 2025 estão relacionadas a:

(iii.1) Ação de busca e apreensão movida em 20 de outubro de 2015 pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (“BNDES”) contra Lupatech S.A. e UEP – Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A., visando promover a busca e apreensão de máquinas e equipamentos ofertados em alienação fiduciária por ocasião de financiamento concedido pelo BNDES às referidas empresas do Grupo. Em razão da recuperação judicial do Grupo Lupatech, em 1º de fevereiro de 2017 o juízo da 5ª Vara Federal de São Paulo, no qual se processa a ação, determinou a suspensão de todos os atos expropriatórios e submeteu ao juízo da

recuperação judicial a análise acerca da essencialidade de referidas máquinas e equipamentos para as operações do Grupo Lupatech.

Nos autos da recuperação judicial, com exceção dos bens pertencentes à unidade de Macaé, os demais foram declarados pelo juízo como essenciais para as operações do Grupo Lupatech, obstando sua busca e apreensão. Posteriormente, extrapolados os prazos recursais, o BNDES voltou a exigir a retomada da busca e apreensão dos bens na Recuperação Judicial. O novo pedido, embora acolhido em primeira e segunda instâncias, foi obstado pelo Superior Tribunal de Justiça, que determinou a indicação de outros meios, que não a apreensão dos bens, para que seja satisfeito o crédito do BNDES.

O BNDES interpôs recurso da decisão proferida pelo Ministro do STJ, o qual aguarda julgamento. Em 12 de julho de 2023, o BNDES apresentou manifestação informando o proferimento da sentença de encerramento da recuperação judicial e reiterando pedido para provimento do seu agravo interno. Aguarda-se a apreciação dos recursos pelo STJ.

Em dezembro de 2021 o Tribunal de Justiça de São Paulo determinou que o valor do crédito extraconcursal do BNDES, aquele decorrente dos bens que compõem a garantia de alienação fiduciária – objeto da busca e apreensão, está limitado ao seu valor efetivo de liquidação em hasta. Conforme laudo de avaliação de bens datado de 2018, o valor dos bens é de R\$ 5.005. A dívida está contabilizada no passivo (Nota 15) pelo seu saldo à data do pedido de recuperação judicial de R\$ 11.167, que se subdivide em uma parte sujeita à Recuperação Judicial (classe II) e uma parte não sujeita (o valor efetivo dos bens).

As principais discussões nesta área, classificados como perda possível nas controladas em 31 de dezembro de 2025 estão relacionadas a:

(iii.1) Ação ordinária movida por Weatherford Indústria e Comércio Ltda. E Weus Holding INC em 14 de julho de 2008 contra UEP., envolvendo discussão na esfera de propriedade industrial e intelectual. O processo possui classificação de risco de perda como provável aproximado de R\$ 5.691, como perda possível de R\$ 471 e remota de R\$ 18.970.

(iii.2) Ação promovida por Petrobras em face da Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. para o reconhecimento e cobrança de penalidades contratuais. A discussão travada envolve a ilegalidade das penalidades aplicadas pela contratante. A cobrança, se válida fosse, é sujeita à Recuperação Judicial da Sotep. Em outubro de 2024 foi proferida sentença declarando inexigíveis as penalidades cobradas pela Petrobras. Foram opostos recursos de embargos de declaração pelas partes que foram rejeitados. As partes opuseram recurso de apelação. Aguarda-se decisão judicial. Processo sujeito a perda possível de R\$ 4.717.

20.3 Ativos Contingentes

O demonstrativo contendo informações sobre contingências ativas não registradas, conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado com a possibilidade de ganho:

	Controladora		Consolidado	
	Expectativa de ganho		Expectativa de ganho	
	Possível	Provável	Possível	Provável
Tributárias	-	-	6.862	-
Cíveis	8.167	720	16.833	1.040
Total em 31 de dezembro de 2025	8.167	720	23.695	1.040
Total em 31 de dezembro de 2024	12.891	8.953	17.915	21.472

(i) Ativos Contingentes Tributárias

O Grupo Lupatech possui demandas judiciais pleiteando a restituição do ICMS-Importação incidente em operações albergados por regime especial de admissão temporária, em que não houve a transferência de

titularidade do bem. Por ainda serem objeto de disputa, mantém-se o tratamento contábil de parte dos ativos contingentes até que estejam presentes os elementos para reconhecer os créditos tributários correspondentes.

21. Impostos a Recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recolher - Circulante				
Parcelamento ICMS	860	724	5.324	1.339
Parcelamento INSS	64	40	93	58
Parcelamento FGTS	3.974	1.700	4.171	1.894
Parcelamento Ordinário	-	6.234	-	10.320
Parcelamento PGFN	-	-	-	221
Parcelamento Recuperação Judicial	-	530	-	1.351
Tributos Federais*	20.859	-	37.216	-
Parcelamentos Municipais	149	151	444	337
ICMS	2.190	69	2.370	205
INSS	8.226	1.897	9.628	2.266
IRRF	3.849	709	4.135	790
CSLL	165	60	185	69
COFINS	2.661	295	3.225	659
PIS	533	64	673	164
FGTS	3.281	1.488	3.772	1.747
Outros impostos/parcelamentos	108	67	921	676
Total	46.919	14.028	72.157	22.096

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Impostos a recolher - Não Circulante				
Parcelamento ICMS	5.497	6.060	5.497	9.644
Parcelamento INSS	-	-	-	17
Parcelamento FGTS	241	2.646	478	2.929
Parcelamento Ordinário	-	13.369	-	22.914
Parcelamento PGFN	-	-	-	826
Parcelamento Recuperação Judicial	-	299	-	1.130
Parcelamentos Municipais	-	1	387	584
Outros impostos/parcelamentos	49	93	246	425
Total	5.787	22.468	6.608	38.469

*Valores em fase de negociação de novos parcelamentos.

22. Patrimônio Líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Capital social	1.927.668	1.922.339
Reservas e transações de capital	144.754	144.754
Ajustes Acumulados de Conversão	74.686	83.749
Prejuízos acumulados	(2.072.638)	(2.012.462)
Total do patrimônio líquido	74.470	138.380

a) Capital social

O capital social atual integralizado é composto apenas por ações ordinárias, com 100% de direito de *Tag Along*:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade de Ações	Capital Social
	Mil	R\$
Total em 31 de dezembro de 2024	42.131	1.922.339
Aumentos de capital		
Ata 002/2025 de 18 de janeiro de 2025	9	3
Ata 013/2025 de 06 de junho de 2025	1.576	1.935
Ata 020/2025 de 10 de setembro de 2025	1.525	1.636
Ata 021/2025 de 19 de setembro de 2025	1.446	1.755
Emissão de novas ações - exercício de bônus de subscrição	4.556	5.329
Total em 31 de dezembro de 2025	46.687	1.927.668

b) Bônus de Subscrição

Terceira Emissão de Bônus de Subscrição – (Vantagem Adicional da 4ª Emissão de Debêntures)

Em reunião realizada em 24 de março de 2023, o Conselho de Administração, aprovou a 4ª emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Companhia. Foram emitidas 250 Debêntures em série única, pelo valor nominal de R\$100 mil, no montante de até R\$25 milhões, com Bônus de Subscrição como vantagem adicional. Foram subscritas 101 Debêntures, no montante de R\$10.100 milhões, sendo canceladas as 149 remanescentes que não foram subscritas.

Para cada Debênture subscrita e integralizada na Emissão, foram entregues gratuitamente como vantagem adicional 175.600 Bônus de Subscrição, os quais conferiram a seus titulares o direito de subscrever e integralizar ações, na proporção de uma Ação para cada um Bônus exercido, nos termos e condições da respectiva emissão dos Bônus de Subscrição, realizada em conjunto com a 4ª Emissão de Debêntures. Na homologação final, foram emitidos 17.735.600 Bônus de Subscrição.

Os Bônus de Subscrição possuem prazo de exercício até 24 de março de 2026, prorrogado em 20 de março de 2025 através de Reunião do Conselho de Administração.

c) Ajustes acumulados de conversão

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e sobre os ágios originados em aquisições de investimentos no exterior, cuja moeda funcional segue aquela a que a operação no exterior está sujeita. O efeito acumulado é passível de reversão para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

d) Dividendos

Aos acionistas é prevista, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária e do estatuto social. Em virtude dos prejuízos acumulados, dos resultados realizados e da sua situação financeira, a Companhia não tem apurado dividendos a pagar.

23. Instrumentos financeiros

23.1 Gestão de Riscos Financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros que se agrupam em três segmentos principais, sem prejuízo de outros supervenientes:

- (i) Riscos de Mercado: decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento dos preços da economia, tais como, mas não se limitando a: taxas de juros, câmbio, inflação, ações e commodities;

- (ii) Riscos de Crédito: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao cumprimento de obrigações por contrapartes, sobretudo o recebimento de valores ou a entrega de bens adquiridos, seja em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira ou meros descumprimentos contratuais;
- (iii) Riscos de Liquidez: consistem na possibilidade da Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

Riscos de mercado

O risco cambial decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. Pela atuação internacional, a Companhia está exposta ao risco cambial de algumas moedas, principalmente do dólar norte-americano.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos conforme tabelas abaixo:

Itens	Valores em US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	3
Outros ativos	-	3	1.272	1.455
Partes relacionadas - Ativo	240	239	240	239
Empréstimos	(221)	(196)	(14.806)	(14.830)
Partes relacionadas - Passivo	(26.382)	(26.332)	-	-
Outros passivos	-	-	(355)	(81)
Exposição líquida em dólar norte-americano	<u>(26.363)</u>	<u>(26.286)</u>	<u>(13.649)</u>	<u>(13.214)</u>

A flutuação de taxa de juros também impõe riscos à Companhia, diretamente pela flutuação de valores de ativos ou passivos, sobretudo as dívidas sujeitas a índices pós fixados, como é o caso da TR, da TJLP e do CDI.

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira e das variações na taxa de juros:

A análise leva em consideração 3 cenários de flutuação nestas variáveis, com suas respectivas avaliações de probabilidade. Estas premissas são exercícios de julgamento efetuado pela Administração para fins da presente simulação, e que podem ter variações significativas em relação aos resultados reais.

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) provável estimada pela Administração:

Taxa de juros para o ano de 2025: 15%
 US\$: 5,57

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2025: Aumento para 18,8%
 US\$: 6,96

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2025: Aumento para 22,5%
 US\$: 8,35

O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

Operação	Risco	Cenário conforme definição acima					
		Controladora			Consolidado		
		Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	(16)	346	676	(127)	836	1.544
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	(388)	86	103	118	147	176
Contratos de mútuos	Alta do dólar	(1.735)	38.606	75.476	-	-	-
Total (ganho) perda		(2.139)	39.038	76.255	(9)	983	1.720

As restrições creditícias e de disponibilidades enfrentadas pela Companhia, limitam as possibilidades de gestão do risco de mercado.

Risco de crédito

Estão tipicamente expostos ao risco de crédito: o caixa e os equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras e os créditos concedidos a clientes para pagamento e a fornecedores por adiantamentos.

Os limites de crédito são monitorados regularmente por oportunidade da concessão. Quando há o inadimplemento, avalia-se a aplicabilidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Nossas receitas apresentam montantes envolvendo o cliente Petrobrás, direta e indiretamente, o qual respondeu em 31 de dezembro de 2025 cerca de 42% (72 % no mesmo período de 2024) das receitas totais da Companhia.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia por meio de projeções e da captação de recursos mediante linhas de crédito compromissadas, quando viável a sua contratação, sendo que as limitações de liquidez são uma realidade imposta pela situação da Companhia.

23.2 Estimativa do Valor Justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos, é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com modelos de precificação que utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a) Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - restrito

Os saldos em caixa e equivalentes de caixa e em títulos e valores mobiliários têm seus valores similares aos saldos contábeis, considerando o giro e liquidez que apresentam. O quadro abaixo apresenta esta comparação:

Itens – 31/12/2025	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	249	249	384	384

Itens – 31/12/2024	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.829	1.829	3.515	3.515
Títulos e valores mobiliários	44	44	44	44

b) Empréstimos e financiamentos

O valor de mercado foi estimado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia, conforme abaixo:

Itens – 31/12/2025	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Capital de giro / expansão - BNDES	6.248	6.658	11.167	10.530
Títulos descontados com coobrigação, cessão fiduciária de recebíveis e créditos com garantia fiduciária	26.308	28.045	27.033	28.215
Capital de Giro e FGI	8.946	7.850	9.059	7.964
Empréstimos e financiamentos	41.502	42.553	47.260	46.709
Empréstimos e financiamentos - créditos concursais	75.161	75.162	130.889	130.890
Total	116.663	160.268	178.149	224.308

Itens – 31/12/2024	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Capital de giro / expansão - BNDES	6.248	6.033	11.167	10.577
Títulos descontados com coobrigação, cessão fiduciária de recebíveis e créditos com garantia fiduciária	27.746	24.900	27.775	24.929
Capital de Giro e FGI	15.879	15.869	15.879	15.869
Empréstimos e financiamentos	49.873	46.802	54.821	51.375
Empréstimos e financiamentos - créditos concursais	67.112	67.112	124.880	124.880
Total	116.985	113.914	179.701	176.255

23.3 Instrumentos Financeiros por Categoria

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado	Total ativos financeiros	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado	Total ativos financeiros
Ativos financeiros						
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	44	44
Contas a receber de clientes	12.008	-	12.008	31.531	-	31.531
Caixa e equivalentes de caixa	249	-	249	1.829	-	1.829
Partes relacionadas	1.495	-	1.495	1.692	-	1.692

Total	13.752	-	13.752	35.052	44	35.096
Passivos financeiros						
Empréstimos	-	116.663	116.663	-	116.985	116.985
Fornecedores	40.552	-	40.552	45.086	-	45.086
Partes relacionadas	157.695	-	157.695	176.173	-	176.173
Total	198.247	116.663	314.910	221.259	116.985	338.244

	Consolidado					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado	Total ativos financeiros	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio de Resultado	Total ativos financeiros
Ativos financeiros						
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	44	44
Contas a receber de clientes	13.950	-	13.950	35.427	-	35.427
Caixa e equivalentes de caixa	384	-	384	3.515	-	3.515
Total	14.334	-	14.334	38.942	44	38.986
Passivos financeiros						
Empréstimos	-	178.147	178.147	-	179.701	179.701
Fornecedores	47.165	-	47.165	46.658	-	46.658
Total	47.165	178.147	225.312	46.658	179.701	226.359

24. Cobertura de seguros (não revisado)

É princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, na modalidade “Compreensivo Empresarial”, porém no momento a Companhia está sem apólice contratada. Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral e seguro de vida, conforme demonstrado abaixo:

Finalidade de seguro	Importância segurada
	31/12/2025
- Seguro de vida	\$ 46.280
- Seguro de responsabilidade civil geral	\$ 8.029
- Seguro de transporte internacional*	US\$ 400

*Valor em US\$ mil.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi contratada pela Administração da Companhia dentro das condições de mercado vigentes e das restrições impostas à Companhia, objetivando a suficiência para cobrir eventuais sinistros.

25. Plano de opção de compra de ações – “Stock option”

A Companhia possui Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações cujos principais objetivos são estimular a performance da Companhia e reter seus profissionais chave. São quatro os Planos de Outorga em vigor:

- Plano Incentivado 2017, aprovado pela AGE de 12 de abril de 2017: Todas as outorgas previstas no âmbito deste plano já foram realizadas, havendo exercícios pendentes.
- Plano Incentivado 2020, aprovado pela AGE de 18 de agosto de 2020: Todas as outorgas previstas no âmbito deste plano já foram realizadas, havendo exercícios pendentes.

- (iii) Plano Incentivado 2023, aprovado pela AGE de 18 de maio de 2023: Todas as outorgas previstas no âmbito deste plano já foram realizadas, havendo exercícios pendentes.
- (iv) Plano Incentivado 2024, aprovado pela AGE de 16 de maio de 2024: Ainda não houve outorga, não havendo exercício pendente.

As opções outorgadas e não exercidas constam na tabela a seguir:

Outorgas	Plano 2017			Plano 2020			Plano 2023		
	Quantidade	Preço de Exercício	Prazo Máximo de Exercício	Quantidade	Preço de Exercício	Prazo Máximo de Exercício	Quantidade	Preço de Exercício	Prazo Máximo de Exercício
Membros da Administração							104.401	1,20	10/05/2027
Outros Beneficiários				292.500	1,23	30/11/2025	165.000	1,23	30/11/2026
				406.250	1,23	30/11/2026	128.949	1,23	30/11/2027
Total	402.048			698.750			398.350		
- Exercíveis	-			698.750			398.350		
- Não Exercíveis (prazo)	-			-			-		
- Condicionadas	402.048			-			-		

A obtenção do direito de exercício das Opções é regulada nos respectivos Planos e Reuniões do Conselho que autorizaram as outorgas. As Opções indicadas como “ainda não exercíveis” correspondem àquelas cujo prazo contratual para início do exercício (*vesting*) ainda não foi ultrapassado. As indicadas como “condicionadas” por sua vez, se subordinam à ocorrência de certos eventos societários que aumentam o capital social e/ou ratificam determinada outorga.

Em decorrência das deliberações realizadas em reuniões do Conselho de Administração no exercício de 2025, os Planos Incentivados foram ajustados quanto aos seus principais parâmetros, contemplando a revisão de preço de exercício, adequação dos prazos para aquisição, bem como as quantidades de ações elegíveis.

26. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas e/ou serviços				
No Brasil	57.467	143.946	61.892	147.666
No exterior	1.558	1.126	1.654	2.049
	59.025	145.072	63.546	149.715
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre vendas	(10.820)	(25.829)	(11.492)	(26.588)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	48.205	119.243	52.054	123.127

27. (Prejuízo) por ação

Básico

O (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

Itens	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do período	(60.176)	(31.772)
Prejuízo atribuível aos acionistas	(60.176)	(31.772)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	46.688	42.131
Prejuízo básico por ação - R\$	(1,28890)	(0,75413)

28. Outras receitas e (despesas) operacionais

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais				
Reversão de estimativa com processos judiciais	-	5.644	-	601
Receita na venda de ativo imobilizado	4.783	55.677	4.532	81.018
Reversão de estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	2.341	-	11.200
Direitos creditórios - ICMS Importação	4.557	-	4.557	-
Outros	549	948	1.409	230
Total de outras receitas operacionais	9.889	64.610	10.498	93.049
Outras despesas operacionais				
Estimativas para perdas com processos judiciais	(10.370)	-	(13.725)	-
Custo na venda de ativo imobilizado	-	(5.950)	-	(38.112)
Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	(581)	-	(776)	-
Despesa de ociosidade de produção	(13.666)	(7.162)	(16.134)	(8.347)
Parcelamento e impostos/contribuições	-	(2.901)	-	(4.218)
Outros	(1.487)	(993)	(6.718)	(5.441)
Total de outras despesas operacionais	(26.104)	(17.006)	(37.353)	(56.118)
Outras despesas operacionais líquidas	(16.215)	47.604	(26.855)	36.931

29. Resultado Financeiro

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	68	130	107	470
Atualização monetária	530	2.234	741	2.340
Acordo de recebimento - CSL	10.363	-	10.363	-
Outras receitas financeiras	20.618	474	21.447	1.186
Total receitas financeiras	31.579	2.838	32.658	3.996
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(10.832)	(8.908)	(11.301)	(9.226)
Juros sobre empréstimos e financiamentos*	(6.436)	(4.962)	(6.034)	(2.585)
Ajuste a valor presente	(11.195)	(7.541)	(19.519)	(13.721)
Juros sobre fornecedores e outras obrigações*	(9.413)	(3.363)	(9.413)	(3.363)
Multas, juros e atualização monetária	(1.165)	(10.030)	(1.877)	(13.475)
Outras despesas financeiras	(4.764)	(2.821)	(4.898)	(3.362)
Total das despesas financeiras	(43.805)	(37.625)	(53.042)	(45.732)
Variação cambial ativa	34.691	11.368	35.035	19.467
Variação cambial passiva	(12.790)	(47.119)	(12.810)	(47.157)
Variação cambial líquida	21.901	(35.751)	22.225	(27.690)

* Dívidas concursais

30. (Despesas e Custos) por natureza

Itens	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima, materiais de uso e consumo, mão de obra e serviços de terceiros	(39.102)	(88.488)	(42.114)	(93.987)
Depreciação e amortização	(1.317)	(2.370)	(1.751)	(2.712)
Outros	354	496	(70)	(49)
Mão de obra e serviços de terceiros	(4.813)	(5.956)	(4.946)	(4.036)
Depreciação e amortização	(9)	(10)	(9)	(10)
Demais despesas comerciais	(9.990)	(6.670)	(10.746)	(8.750)
Mão de obra e serviços de terceiros	(12.409)	(11.171)	(13.864)	(12.735)
Depreciação e amortização	(196)	(194)	(633)	(657)
Demais despesas administrativas	(4.065)	(4.884)	(6.480)	(7.348)
Remuneração dos administradores	(6.464)	(3.255)	(6.464)	(3.255)
Total	(78.011)	(122.502)	(87.077)	(133.539)
Custo dos produtos vendidos	(40.065)	(90.362)	(43.935)	(96.748)
Despesas com vendas	(14.812)	(12.636)	(15.701)	(12.796)
Despesas gerais e administrativas	(16.670)	(16.249)	(20.977)	(20.740)
Remuneração dos administradores	(6.464)	(3.255)	(6.464)	(3.255)
Total	(78.011)	(122.502)	(87.077)	(133.539)

31. Informações por segmento de negócio e região geográfica

A Companhia definiu os segmentos operacionais do Grupo em:

- a) **Produtos:** produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos de fibras sintéticas para ancoragem de plataformas de petróleo e diversas outras aplicações; e artefatos de materiais compósitos, tais como postes e camisas tubulares para revestimento de tubulações petroleiras.
- b) **Serviços:** A Companhia prossegue com a desmobilização das atividades através das vendas de equipamentos, bem como legado a ele associado. As receitas que compõe este segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se as operações regulares.

Geograficamente, a Administração avalia o desempenho dos mercados brasileiros e de exportação.

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. Os valores relativos ao total do ativo e dos passivos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses ativos ou passivos são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo.

As informações por região geográfica estão demonstradas abaixo:

	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita Líquida de vendas	52.054	123.127	-	-	52.054	123.127
Custo dos produtos vendidos	(43.935)	(96.748)	-	-	(43.935)	(96.748)
Lucro (Prejuízo) Bruto	8.119	26.379	-	-	8.119	26.379
Despesas de vendas	(15.701)	(12.796)	-	-	(15.701)	(12.796)
Despesas administrativas	(20.977)	(20.740)	-	-	(20.977)	(20.740)
Remuneração dos administradores	(6.464)	(3.255)	-	-	(6.464)	(3.255)
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	(1.357)	13.541	-	-	(1.357)	13.541
Outras receitas (despesas), líquidas	(25.498)	23.390	-	-	(25.498)	23.390
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(61.878)	26.519	-	-	(61.878)	26.519
	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos identificáveis	344.164	372.339	-	-	344.164	372.339
Passivos identificáveis	169.585	184.399	55.728	36.044	225.313	220.443
	Brasil		Outros		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	2.059	3.379	-	-	2.059	3.379
Aquisição de imobilizado	4.937	56.986	-	-	4.937	56.986

32. Recuperação Judicial encerrada em 14 de março de 2023

A fim de equacionar os efeitos de uma prolongada crise financeira em que se imergiu, a Lupatech S.A e suas controladas diretas e indiretas (“Grupo Lupatech”) ajuizaram pedido de Recuperação Judicial em 25 de maio de 2015, que veio a ser processado perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo e deferido em 22 de junho de 2015.

O Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 08 de novembro de 2016 e subsequentemente homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo em 19 de fevereiro de 2017.

O Plano foi objeto de dois aditamentos, aprovados e homologados judicialmente em 30 de novembro de 2018 e 26 de novembro de 2020, respectivamente.

Em 14 de março de 2023 foi prolatada decisão determinando o encerramento da Recuperação Judicial, a qual transitou em julgado em 21 de junho de 2023, sendo sua certidão emitida pela Junta Comercial de São Paulo, em 04 de agosto de 2023.

A recuperação judicial teve entre seus principais objetivos o equacionamento dos créditos sujeitos ao Plano, que foram parte quitados com a dação em pagamento de Bônus de Subscrição e parte pagos ou reescalados como detalhado no quadro a seguir:

Classe de Credores	Condição de Pagamento	Taxa de Juros*	Prazo
I - Trabalhistas	Dinheiro ou Ações de Sociedade de Propósito Específico (SPE) até o limite de 150 salários-mínimos vigentes em maio de 2015; o excedente em Bônus de Subscrição	Não aplicável	12 meses da habilitação do crédito
II - Garantia Real	35% em Bônus de Subscrição, 65% em dinheiro	TR + 3% a.a.	Janeiro de 2032
III - Quirografários	Moeda nacional: 50% em Bônus de Subscrição, 50% em dinheiro Moeda estrangeira: 70% em Bônus de Subscrição, 30% em dinheiro	Moeda nacional: TR + 3,3% a.a. Moeda estrangeira: Var. Cambial + 0,4% a.a.	Janeiro de 2033**
IV - Micro e Pequenas Empresas	50% em Bônus de Subscrição, 50% em dinheiro	TR + 3% a.a.	Janeiro de 2032

*TR=Taxa Referencial

**Os créditos que se tornarem aptos ao pagamento retardatariamente sujeitam-se ao cronograma de pagamentos de 180 meses a partir da data em que se tornarem aptos. A depender da variação cambial, o pagamento de variação cambial e juros dos créditos em moeda estrangeira pode exceder o prazo indicado.

O principal é pago em parcelas trimestrais fixas em reais segundo gradiente de crescimento estabelecido no Plano. Os juros e a variação cambial são pagos: (a) Classes II e IV: em uma parcela 30 dias após o vencimento do principal ou; (b) Classe III: em 4 parcelas trimestrais após o vencimento do principal, para os créditos em moeda nacional, ou tantas parcelas quanto for o valor da última parcela do principal correspondente, no caso de créditos em moeda estrangeira.

A parcela a ser paga em dinheiro, que corresponde a 65% dos créditos da Classe II, 50% dos créditos em moeda nacional das Classes III e IV, e 30% dos créditos em moeda estrangeira listados na Classe III, sofrem incidência de juros e variação cambial às taxas indicadas no quadro acima.

A tabela abaixo detalha o fluxo de pagamentos devidos aos credores no âmbito da recuperação judicial:

	Classe I	Classe II	Classe III	Classe III	Classe IV	TOTAL	TOTAL
	Fornecedores, Obrigações e provisões trabalhistas	Empréstimos e financiamentos - Moeda Nacional	Fornecedores, Empréstimos e financiamentos - Moeda Nacional	Fornecedores, Empréstimos e financiamentos - Moeda Estrangeira	Fornecedores - Moeda Nacional	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Contábil Passivo Concursal	2.268	39.917	187.556	81.854	8.242	319.837	335.749
Ajuste a Valor Presente *	-	(12.574)	(73.820)	(24.068)	(2.737)	(113.199)	(132.718)
Saldo Contábil Líquido	2.268	27.343	113.735	57.786	5.506	206.638	203.031
Vencimentos do saldo contábil:							
2025	414	2.990	6.774	2.117	644	12.939	13.120
2026	-	2.990	8.572	2.696	637	14.895	15.085
2027	-	3.861	10.359	3.269	808	18.297	18.536
2028	-	4.485	13.802	4.358	936	23.581	23.905
2029	-	4.485	16.794	5.306	960	27.545	27.934
2030	-	4.485	21.290	6.727	945	33.447	33.939
2031	-	4.485	22.790	7.201	945	35.421	35.949
2032	-	12.136	29.111	9.188	2.367	52.802	58.589
2033	-	-	58.064	9.184	-	67.248	60.852
De 2034 em diante	1.854	-	-	31.808	-	33.662	47.840
Total	2.268	39.917	187.556	81.854	8.242	319.837	335.749
Contenciosos (datas e valores indeterminados)	10.535	-	3.251	-	520	14.305	13.263

*Os saldos contábeis relativos aos créditos das Classes II, III, e IV incluem ajustes a valor presente considerando taxas de desconto de 13,65% ao ano para os créditos em moeda nacional e de 5,85% ao ano para moeda estrangeira.

A parcela paga em Bônus de Subscrição corresponde à 35% dos créditos da Classe II, 50% dos créditos em moeda nacional das Classes III e IV, e 70% dos créditos em moeda estrangeira listados na Classe III. Os Bônus de Subscrição necessários ao adimplemento da obrigação foram emitidos pela Companhia, tendo sido escriturados em favor dos credores ou mantidos em tesouraria por determinação judicial no caso dos credores cujas informações cadastrais encontravam-se incompletas ou irregulares. Os Bônus de Subscrição foram dados em pagamento à razão de 1 (um) Bônus para cada R\$100 (cem reais) de créditos listados. Cada Bônus dá ao detentor o direito, mas não a obrigação, de subscrever uma ação ao preço de R\$0,88 por ação, até a data de 24 de março de 2026.

Foram emitidos, ao todo 4.352.503 Bônus de Subscrição, dos quais 2.123.370 foram registrados em nome dos respectivos credores 1.482.487 encontram-se em tesouraria como lastro aos *Subscription Warrants* emitidos nos EUA pela Lupatech Finance e 746.646 estão em tesouraria da Companhia para entrega aos credores que não apresentaram informações cadastrais requeridas para a escrituração ou reservados para fazer face à créditos contingentes.

Em decorrência do contexto macroeconômico adverso que se instalou a partir dezembro de 2024, com elevação relevante das taxas de câmbio e de juros, a Companhia teve sua liquidez prejudicada pela consequente redução da oferta de crédito. Por conseguinte, a Companhia atrasou os pagamentos das parcelas de janeiro, abril, julho e outubro de 2025 dos credores das classes II, III e IV da Recuperação Judicial. Há tratativas em curso objetivando o saneamento da questão.

As informações relativas à Recuperação Judicial estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.lupatech.com.br/ri.

33. Eventos subsequentes

Alienação de Ativos Industriais

Em 13 de fevereiro de 2026, conforme Fato Relevante, a Companhia informou a alienação a um grupo multinacional de seus ativos industriais dedicados a fabricação de cabos e cordas de fibras sintéticas, consistente em máquinas e outros equipamentos, pelo preço de US\$ 9,5 milhões, a serem pagos em moeda

nacional, no prazo de dois anos, com garantias fidejussórias. A partir da conclusão da transação, a Companhia cessará suas operações no referido negócio.

Propositura de medida cautelar de urgência em caráter antecedente ao ajuizamento de pedido de recuperação extrajudicial ou judicial

A Companhia ajuizou em 16 de março de 2026 tutela de urgência cautelar antecedente a procedimento recuperacional perante a Vara Empresarial da 4ª e da 10ª RAJS do Estado de São Paulo (“Tutela Cautelar”), nos termos do artigo 20-B e seguintes da Lei 11.101/2005. Em conjunto com a Tutela Cautelar, a Companhia instaurou procedimento de mediação perante a Câmara Especializada CMIRb (Centro de Mediação do Instituto Recupera Brasil).

As medidas têm por objetivo promover o equacionamento das obrigações da Companhia, e antecedem o pedido de recuperação extrajudicial ou judicial a ser posteriormente apresentado, a depender do desenvolvimento da negociação com os credores.

Vencimento do Prazo de exercício da Terceira Emissão de Bônus de Subscrição – (Vantagem Adicional da 4ª Emissão de Debêntures)

Em reunião realizada aos 20 de março de 2025 a Companhia verificou a necessidade de prorrogação do prazo de exercício dos Bônus de Subscrição, da Terceira Emissão de Bônus de Subscrição – (Vantagem Adicional da 4ª Emissão de Debêntures), para 24 de março de 2026. Considerando que o prazo de exercício se encerrou, os Bônus de Subscrição não exercidos tempestivamente perderam sua validade.

Comentário sobre o comportamento das projeções empresariais

A receita líquida total consolidada no 4T25 alcançou R\$ 6,6 milhões. O recuo observado no comparativo com o 3T25, é decorrente da crise financeira deflagrada ao longo de 2025, que importou em severas restrições de capital de giro.

A carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra (“Order Backlog”) da Companhia no Brasil somou R\$ 49,7 milhões, mantendo-se no nível do trimestre anterior. Adicionalmente, em março de 2026 foi agregado ao backlog um contrato para serviços de reparo de válvulas junto à Petrobras no montante de R\$ 68 milhões.

Há grandes projetos de investimento no setor de óleo e gás, que podem resultar em demanda significativa para os próximos anos.

No atual cenário, o foco dos esforços da companhia encontra-se em obter fontes de liquidez, principalmente pela desmobilização ou operações estruturadas lastreadas nos seus ativos, bem como buscar um equacionamento sustentável do endividamento junto aos seus credores, para que esteja pronta para o novo ciclo de negócios que se aproxima.

Em razão da reestruturação que se iniciou em 2025, a qual já incluiu, entre outras medidas, o desinvestimento de um de seus negócios – cabos de ancoragem – a Companhia não mais reputa válidos os objetivos de longo prazo que vinha perseguindo e informando.

Projeções, quando divulgadas, são estimativas da Administração da Companhia e refletem a sua opinião tendo em conta fatores que podem afetar o seu desempenho, como as condições gerais da economia, além da dinâmica de seus mercados de atuação e de suas operações, de acordo com as informações disponíveis no mercado até a presente data.

Quaisquer projeções estão, portanto, sujeitas a riscos, incertezas e alterações, não constituindo promessa de desempenho.



LUPATECH

LUPATECH S.A.

CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

NIRE 35.3.0045756-1

Companhia Aberta de Capital Autorizado – Novo Mercado

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – 27-04-2026

I – INTRODUÇÃO E COMPOSIÇÃO DO COMITÊ:

Ao COMITÊ DE AUDITORIA, conforme previsto nos regimentos internos, Estatutos Sociais e Legislação, em suma, cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia, no que concerne ao exercício de suas funções de fiscalização e monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, conformidade, gerenciamento de riscos da Companhia, visando à confiabilidade de informações nestas refletidas. O COMITÊ DE AUDITORIA é composto pelos seguintes membros que se encontram dentro do pleno exercício de seus mandatos, a saber:

1. Paulo Pinese, brasileiro, casado, administrador de empresas e contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.138.961-9, inscrito no CPF/MF nº 921.449.938- 15 e no CRC SP 134.267/O-6, com endereço comercial na Rodovia Anhanguera, km. 119, Distrito Industrial, Nova Odessa (SP), CEP 13388-220, com a função de Coordenador do Comitê de Auditoria,

2. Carlos Mario Calad Serrano, colombiano, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RNE nº V471179-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 060.144.487-64, com endereço comercial na Rodovia Anhanguera, km. 119, Distrito Industrial, Nova Odessa (SP), CEP 13388-220.

3. Simone Anhaia Melo, brasileira, bióloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 4011785492, inscrita no CPF/MF sob o nº 449.983.170-91, com endereço comercial na Rodovia Anhanguera, km. 119, Distrito Industrial, Nova Odessa (SP), CEP 13388-220.

II – ATRIBUIÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA

Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe sejam cometidas por lei, pela regulamentação ou pelo Estatuto Social:

II.1. - Opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;

II.2 - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;

II.3 - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

II.4 - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;

II.5 - avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a: a) remuneração da administração; b) utilização de ativos da Companhia; e, c) gastos incorridos em nome da Companhia.

II.6 - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração da Companhia e a área de auditoria interna, a adequação e divulgação das transações com partes relacionadas;

II.7 - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras;

II.8 - reportar ao Conselho de Administração os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê, comunicando os principais fatos, via registro nas atas de reuniões; e

II.9 - exercer funções e praticar os demais atos necessários ao cumprimento de suas responsabilidades.

III – ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA:

No tocante ao Exercício social encerrado em 31-12-2025. O Comitê reuniu-se novamente, em 27 de abril de 2026, às 14:30 horas, virtualmente, via plataforma Teams, reunião onde se registrou a presença de seus dois membros – Sr. Paulo Pinese e Sra. Simone Anhaia Mello, supra qualificados. O Sr. Carlos Mario Calad Serrano – por motivo de força maior – não se fez presente.

Presentes também o Presidente da Companhia, Sr. Rafael Gorenstein, e a Sra. Vanessa Melo de Souza, Preparadora das Demonstrações Financeiras, que prestaram informações sobre os trabalhos de conclusão das demonstrações financeiras do Exercício de 2025, e dos trabalhos de Auditoria já concluídos também.

Nesta reunião ordinária ocorrida em 27 de abril de 2026, este Comitê de Auditoria discutiu aspectos contábeis e fiscais relacionados ao encerramento das Demonstrações Financeiras anuais de 2025, correspondente ao período de doze meses, iniciado em 1º de janeiro e concluído em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho de Administração acolherá a recomendação deste Comitê de Auditoria no sentido de aprovar as Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ora discutidas e revisadas, por este mesmo Comitê.

Auditoria Contábil Independente: Avaliou a independência, especialmente no que se refere à prestação de outros serviços, e o cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis, em bases permanentes; Conheceu do Plano de Trabalho Anual do Auditor Independente; fez acompanhamento do trabalho da auditoria contábil independente; tomou conhecimento do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025.

IV – Temas desenvolvidos durante o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025:

- a. Demonstrações Financeiras / Financeiro / Contabilidade: Realizado acompanhamento dos resultados financeiros da Companhia para os três primeiros trimestres do Exercício – Janeiro a Março/25, Abril a Junho/25, Julho a Setembro/25, e ademais, para o encerramento anual de 2025, no tocante às Demonstrações Financeiras elaboradas para este período – Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do ano de 2025, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstração de Valor Adicionado para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025.
- b. Revisadas além das demonstrações financeiras, com as suas notas explicativas. Avaliadas as práticas contábeis adotadas; avaliado o processo de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do período; avaliada a razoabilidade dos critérios de reconhecimento de receitas e realização de despesas que impactam de forma relevante, as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.
- c. Controles internos e *compliance*: Acompanhamento e monitoração das ferramentas utilizadas pela COMPANHIA para avaliação dos riscos, proteção dos ativos e na supervisão da efetividade das estruturas de *compliance* no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro; Análise e conhecimento das políticas corporativas da COMPANHIA; Acompanhamento dos procedimentos relativos à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro; Acompanhamento dos procedimentos relativos à Prevenção e Combate à Fraude bem como tomou conhecimento dos relatórios de apuração e respectivos resultados; Acompanhamento da disseminação e as ações relativas à Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013, Decreto 8.420/2015 e Portaria CGU 909), Código de Ética e Conduta e Programa de Conformidade; Avaliação dos riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (TI); Avaliação do processo de monitoramento das ações judiciais, depósitos e bloqueios judiciais bem como a adequação das respectivas estimativas das provisões contábeis; Acompanhamento dos controles relativos a área financeira; Acompanhamento da gestão de contratação de terceiros; Acompanhamento dos trabalhos relacionados a implementação da LGPD; Acompanhamento e identificação e mitigação do ambiente e TI e os riscos cibernéticos.
- d. Irregularidades e Denúncias: Acompanhou o desenvolvimento do processo para comunicação e monitoramento de sistemas e controles implementados pela Administração para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos a ela aplicáveis, além de seus regulamentos e códigos internos, assegurando que prevejam efetivos mecanismos que protejam o prestador da informação e da confidencialidade desta;

V – DESTAQUES DO COMITÊ DE AUDITORIA:

Os membros do Comitê de Auditoria no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, destacam que discutiram detalhadamente, os procedimentos contábeis e de registro das transações mais relevantes levadas a registro contábil no período de 12 (doze) meses, correspondentes ao exercício social de 2025, findo em 31/12/2025, e sua consonância com os procedimentos adotados no encerramento do exercício social imediatamente anterior, findo

em 31 de dezembro de 2024, adrede refletidas nas atas da Reunião do Comitê de Auditoria das reuniões trimestrais havidas.

Entre temas discutidos, destacam-se:

- a. receitas líquidas de vendas, e receitas da Lupatech e suas controladas, sobre os mesmos valores do igual período em 2024, inclusive apuração de EBITDA do período;
- b. custos de operações; posição atual de Estoques e sua realização provável e possível no tempo,
- c. constituição de reservas para não realização de ativos como Estoques, Contas a Receber, outros ativos não em uso mais – bens disponíveis para venda e suas provisões (*impairment*) para eventuais perdas de realização, bem como realização dos créditos outros contra terceiros (CSL – Cordoaria São Leopoldo),
- d. Registro de créditos reconhecidos sobre IRPJ e CSLL diferidos, e sua futura realização, e suporte, e ademais realização dos *ágios* sobre investimentos em controladas, adquiridas no passado;
- e. Avaliação de bens disponíveis para venda, hoje não mais utilizados nas operações da Sociedade e suas controladas; sua avaliação ao valor justo,
- f. Políticas de capitalização e depreciação do Imobilizado em uso; e
- g. Análise dos passivos refletidos nas Demonstrações Financeiras (DFs) anuais de 2025.

Assim, doravante, entende este Comitê que a citação como aspecto mais relevante das DFs nas Notas Explicativas carece ser no curso de 2025, revisado e quiçá ajustado na sua redação e/ou realocado para compor notas explicativas, de elementos passivos que restaram ainda pendentes de quitação, futura, derivados da RJ, como de fato, o foi.

No mais, restaram inalterados os procedimentos contábeis em uso pela Companhia, no curso do trimestre examinado.

VI – RECOMENDAÇÃO QUANTO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31/12/2025

Os membros do Comitê de Auditoria da Lupatech S.A. no exercício de suas atribuições e responsabilidades, e consoante reza o Regimento Interno deste Comitê, levaram a cabo a análise das demonstrações financeiras – individuais e consolidadas, e do relatório anual da Administração, inclusive Notas Explicativas às citadas demonstrações financeiras, preparadas para o período anual findo em 31 de Dezembro de 2025, e, em base às informações providas, pela Administração, este Comitê manifesta-se de forma favorável, e assim recomenda, ao Conselho de Administração, a sua aprovação, dos referidos documentos citados.

Nova Odessa (SP) 27 de Abril de 2026.

1. Paulo Pinese

RG nº 8.138.961-9 e CPF/MF nº 921.449.938- 15
CRC SP 134.267/O-6.

2. Carlos Mario Calad Serrano - ausente

RNE nº V471179-4 e CPF/MF nº 060.144.487-64.

3. Simone Anhaia Melo

RG nº 4011785492 e CPF/MF sob o nº 449.983.170-91



Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia, atendendo ao disposto no inciso VI do artigo 27 da Instrução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nova Odessa, 29 de abril de 2026.

Rafael Gorenstein – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marco Antônio Miola – Diretor sem designação específica



Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia, atendendo ao disposto no inciso V do artigo 27 da Instrução CVM Nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Nova Odessa, 29 de abril de 2026.

Rafael Gorenstein – Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Marco Antônio Miola – Diretor sem designação específica

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lupatech S.A.
Nova Odessa - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Lupatech S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Lupatech S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Essas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da **Lupatech S.A.** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime normal de operações e, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1 às demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social foi de R\$ 58.075 mil na controladora e R\$ 60.037 mil no consolidado (R\$ 41.142 mil e R\$ 42.907 mil, em 2024, respectivamente) e não têm gerado caixa operacional em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa, bem como a capacidade de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal do negócio da Companhia, dependem do sucesso dos planos de monetização de créditos e outros ativos, das ações para concretização das projeções realizadas, que incluem, principalmente, o crescimento das receitas e a melhoria de margens operacionais, descrito na nota explicativa nº 1.1. Não obstante, conforme nota explicativa nº 33, em 16 de março de 2026 a Companhia ajuizou tutela de urgência cautelar antecedente a procedimento recuperacional perante a Vara Empresarial da 4ª e da 10ª RAJS do Estado de São Paulo (“Tutela Cautelar”). Em conjunto com a Tutela Cautelar, a Companhia instaurou procedimento de mediação perante a Câmara Especializada. As medidas têm por objetivo promover o equacionamento das obrigações da Companhia, e antecedem o pedido de recuperação extrajudicial ou judicial a ser posteriormente apresentado, a depender do desenvolvimento da negociação com os credores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Avaliação de perda ao valor recuperável (“impairment”) de ágio (goodwill), imposto de renda diferido ativo e dos ativos classificados como mantidos para venda – Controladora e Consolidado

A Companhia e suas controladas realizaram procedimentos, objetivando avaliar a existência de redução ao valor recuperável em relação às suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), onde estão alocados o ágio, o imposto de renda diferido ativo e os ativos classificados como mantidos para venda, conforme as notas explicativas nº 10, nº 13 e nº 18 às demonstrações financeiras. Para o cálculo do valor recuperável, utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras e lucro tributável futuro. A determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos requer o uso de premissas e julgamentos significativos pela Companhia e suas controladas que estão sujeitos a um alto grau de incerteza sobre a realização de premissas futuras de negócios, sobre os

indicadores de mercado utilizados na determinação de taxas de desconto, bem como incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como esse assunto foi conduzido na auditoria

Avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados para cada UGC, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências sobre a determinação do valor justo utilizado na determinação do valor recuperável, tais como laudos a valor de mercado preparados por especialistas, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliarem o valor recuperável dos referidos ativos, bem como as devidas divulgações, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo.

Continuidade operacional

Chamamos a atenção ao assunto descrito na seção “Ênfases” no item *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*, que é considerado um principal assunto de auditoria mas reportado em seção específica como requerido pela norma de auditoria “NBC TA 570 Continuidade Operacional” (equivalente à norma internacional ISA 570).

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC-2SP033508/O-1



Diego Del Mastro Monteiro
Contador – CRC-1SP302957/O-3



Sérgio Ricardo de Oliveira
Contador – CRC-1SP186070/O-8